



PROJETO

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 5.

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

Não esteve presente a Sra. Vereadora Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho por se encontrar em gozo de férias, conforme edital n.º 152/2022, cuja cópia se anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

A Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 11 e 12.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.

Ordem de Trabalhos

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia*
1. *Informações à Câmara (eventual apresentação)*
 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia*
- B) *Período da Ordem do Dia*
1. *Projeto da Ata n.º 12/2022 - Reunião ordinária de 1 de junho de 2022*
 2. *Projeto da Ata n.º 13/2022 - Reunião ordinária de 15 de junho de 2022*
 3. *Projeto da Ata n.º 14/2022 - Reunião ordinária de 6 de julho de 2022*
 4. *Deliberação n.º 3938/2022 – Proposta n.º 44/2022 – GAP – Proposta de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa - Protocolo*
 5. *Deliberação n.º 3939/2022 – Proposta n.º 45/2022 – GAP – Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal*
 6. *Deliberação n.º 3940/2022 – Proposta n.º 6/2022 – CBSS – Aceitação da doação ao Município, efetuada pela empresa “Jouvence - Fabricação e Comércio de Materiais para Construção, Unipessoal, Lda.”*
 7. *Deliberação n.º 3941/2022 – Proposta n.º 2813/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 1 - R/C E, em Setúbal*
 8. *Deliberação n.º 3942/2022 – Proposta n.º 2814/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 17 – 3.º Esq., em Setúbal*
 9. *Deliberação n.º 3943/2022 – Proposta n.º 2815/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baltazar Guimarães, n.º 14, em Azeitão*
 10. *Deliberação n.º 3944/2022 – Proposta n.º 2816/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 42 e 42A – 4.º Duplex tardoz, em Setúbal*
 11. *Deliberação n.º 3945/2022 – Proposta n.º 2817/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.ºs 9 e 9A – 3.º Esq., em Setúbal*
 12. *Deliberação n.º 3946/2022 – Proposta n.º 2818/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Mário de Sá Carneiro, n.º 2 – 4.º Dto., em Setúbal*
 13. *Deliberação n.º 3947/2022 – Proposta n.º 2819/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 16, em Setúbal*
 14. *Deliberação n.º 3948/2022 – Proposta n.º 2820/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sousa Gomes, n.º 3 – 2.º Esq., em Setúbal*
 15. *Deliberação n.º 3949/2022 – Proposta n.º 2821/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.ºs 77 e 77A – 1.º Esq., Bloco A, em Setúbal*
 16. *Deliberação n.º 3950/2022 – Proposta n.º 2822/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Maria Lamas, n.º 2 – 3.º B, em Setúbal*
 17. *Deliberação n.º 3951/2022 – Proposta n.º 2823/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, n.º 4 – 4.º Frt., em Setúbal*



18. **Deliberação n.º 3952/2022 – Proposta n.º 2824/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Casa dos Pinheiros - Rua Casal de Bolinhos, em Azeitão**
19. **Deliberação n.º 3953/2022 – Proposta n.º 2825/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8-A a 8-C e Praça da Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H - Loja L - 8, em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 3954/2022 – Proposta n.º 2826/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Casa dos Pinheiros - Rua Casal de Bolinhos, em Azeitão**
21. **Deliberação n.º 3955/2022 – Proposta n.º 2827/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Avenida Afonso de Albuquerque, Lote 12 – 1.º Dto., em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 3956/2022 – Proposta n.º 2828/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.ºs 22 e 22-A – 1.º Esq., em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 3957/2022 – Proposta n.º 2829/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.ºs 42 e 44 – 2.º Dto., em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 3958/2022 – Proposta n.º 2830/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 126 – 2.º Esq., em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 3959/2022 – Proposta n.º 2831/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 4 - C/V Dta., em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 3960/2022 – Proposta n.º 2832/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Rodrigues da Costa, n.º 16-A – 3.º Dto., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 3961/2022 – Proposta n.º 2833/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Joaquim Campos, Lote 1 e Rua Mário Ventura Henriques, Lote 1 - Bloco L, R/C Dto., em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 3962/2022 – Proposta n.º 2834/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Agostinho da Silva Santos, n.º 2, em Azeitão**
29. **Deliberação n.º 3963/2022 – Proposta n.º 2835/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Maria da Silva, n.º 3 – 1.º Dto., em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 3964/2022 – Proposta n.º 2836/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 3 – 5.º A, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 3965/2022 – Proposta n.º 2837/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.ºs 19, 19-A a 19-D – 7.º Esq., em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 3966/2022 – Proposta n.º 2838/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 4.º D, em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 3967/2022 – Proposta n.º 2839/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fábrica da Eurocerâmica, n.º 52, em Azeitão**
34. **Deliberação n.º 3968/2022 – Proposta n.º 2840/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.º 15 – 1.º Esq., em Setúbal**

35. **Deliberação n.º 3969/2022 – Proposta n.º 2841/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.º 2 – 9.º Dto., em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 3970/2022 – Proposta n.º 2842/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mousinho de Albuquerque, n.º 8 – 5.º Dto., em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 3971/2022 – Proposta n.º 2843/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge de Sousa, n.ºs 10, 12 e 14 – 5.º Esq., em Setúbal**
38. **Deliberação n.º 3972/2022 – Proposta n.º 2844/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre Maria Nunes da Silva, n.ºs 20 a 32 – 1.º Dto., Bloco A, em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 3973/2022 – Proposta n.º 2845/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 7.º F, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 3974/2022 – Proposta n.º 2846/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, n.ºs 378 e 380 e Rua Dezanove de Abril, n.ºs 13 e 15, em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 3975/2022 – Proposta n.º 2847/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 194, em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 3976/2022 – Proposta n.º 2848/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Virgílio Ferreira, n.ºs 26, 26-A a 26-E e Avenida São Francisco Xavier, n.º 26 – 1.º Dto., em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 3977/2022 – Proposta n.º 2849/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Magnólias, n.º 16, em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 3978/2022 – Proposta n.º 2850/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 46, 46-A e 46-B – 2.º Frt., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 3979/2022 – Proposta n.º 2851/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Atoleiros, n.º 2 – 7.º Esq., em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 3980/2022 – Proposta n.º 2852/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça D. Olga de Moraes Sarmiento, n.º 20 – 1.º Centro, em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 3981/2022 – Proposta n.º 2853/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Central da Azeda, n.º 96 – 3.º Esq., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 3982/2022 – Proposta n.º 2854/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro, n.º 18, em Azeitão**
49. **Deliberação n.º 3983/2022 – Proposta n.º 2855/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.º 3 - R/C Dto., em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 3984/2022 – Proposta n.º 2856/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 1.º Dto. tardoz, em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 3985/2022 – Proposta n.º 2857/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.ºs 11 e 11-A - R/C C, em Setúbal**

52. *Deliberação n.º 3986/2022 – Proposta n.º 2858/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8 a 14 – 4.º B, em Setúbal*
53. *Deliberação n.º 3987/2022 – Proposta n.º 2859/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.ºs 28 a 28A, em Azeitão*
54. *Deliberação n.º 3988/2022 – Proposta n.º 2860/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.ºs 13 a 21, tornejando para a Rua do Convento, n.º 2 e Rua da Encosta, n.ºs 14 e 16 – 4.º Esq., em Setúbal*
55. *Deliberação n.º 3989/2022 – Proposta n.º 2861/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, Lote 111 - R/C Dto., em Azeitão*
56. *Deliberação n.º 3990/2022 – Proposta n.º 2862/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Romeu, n.ºs 24 e 26 - R/C e 1.º andar, em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 3991/2022 – Proposta n.º 2863/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto., em Setúbal*
58. *Deliberação n.º 3992/2022 – Proposta n.º 2864/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal*
59. *Deliberação n.º 3993/2022 – Proposta n.º 2865/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Roseiral, n.ºs 86, 86A e 86B, em Azeitão*
60. *Deliberação n.º 3994/2022 – Proposta n.º 2866/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 3 - R/C Loja n.º 7, em Setúbal*
61. *Deliberação n.º 3995/2022 – Proposta n.º 2867/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Moinho do Frade, n.ºs 2, 2A a 2G – 4.º A, em Setúbal*
62. *Deliberação n.º 3996/2022 – Proposta n.º 2868/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Anunciada, n.ºs 10, 10A e 10B - R/C, em Setúbal*
63. *Deliberação n.º 3997/2022 – Proposta n.º 2869/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Anunciada, n.ºs 10, 10A e 10B – 3.º andar, em Setúbal*
64. *Deliberação n.º 3998/2022 – Proposta n.º 2870/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Álvaro Perdigão, n.ºs 3, 3A a 3E e Estrada de Palmela, n.ºs 34A a 34D – 2.º A, em Setúbal*
65. *Deliberação n.º 3999/2022 – Proposta n.º 2871/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Manteigadas, n.ºs 41, 41A, 41B, 43, 43A e 45 - Bloco A, 1.º Esq., em Setúbal*
66. *Deliberação n.º 4000/2022 – Proposta n.º 2872/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79, 79A a 85, tornejando para a Rua Jorge Claro e para o Largo Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 2.º I, em Setúbal*
67. *Deliberação n.º 4001/2022 – Proposta n.º 2873/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Lote 86, em Setúbal*

68. **Deliberação n.º 4002/2022 – Proposta n.º 2874/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça da Independência, n.º 1 – 12.º Esq., em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 4003/2022 – Proposta n.º 2875/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 5, em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 4004/2022 – Proposta n.º 2876/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 2, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 4005/2022 – Proposta n.º 2877/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Travessa de São Domingos, n.º 8, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 4006/2022 – Proposta n.º 2878/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua José Fontana, n.ºs 36 e 38, em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 4007/2022 – Proposta n.º 2879/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Fran Pacheco, n.ºs 74 e 76, em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 4008/2022 – Proposta n.º 2880/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Luís Furtado, n.ºs 28 e 28A, em Azeitão**
75. **Deliberação n.º 4009/2022 – Proposta n.º 2881/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Travessa da Anunciada, n.º 10 – 2.º Esq., 2.º Dto. e 2.º Ctr., em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 4010/2022 – Proposta n.º 2882/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua dos Leques, Casas de Azeitão, Núcleo Poente II, Lote 4 – 1.º Dto
(Bloco 4-D), em Azeitão**
77. **Deliberação n.º 4011/2022 – Proposta n.º 2883/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Manuel de Castro Guimarães, n.º 5 (antigo Lote 65), em Azeitão**
78. **Deliberação n.º 4012/2022 – Proposta n.º 2884/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Campos Rodrigues, n.ºs 43 a 53, tornejando para a Rua do Moinho do
Frade, n.ºs 6 e 8 – 5.º Dto., em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 4013/2022 – Proposta n.º 2885/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Almirante Reis, n.ºs 62 e 64, em Azeitão**
80. **Deliberação n.º 4014/2022 – Proposta n.º 2886/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 4015/2022 – Proposta n.º 2887/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua António José Batista, n.º 41 – 3.º C, Bloco Norte, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 4016/2022 – Proposta n.º 2888/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– "Sítio da Rasca", em Casal do Conde e "Castelejo" em Rasca, em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 4017/2022 – Proposta n.º 2889/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Vale de Mulatas, Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 47 (antigo Lote 52) –
2.º Esq., em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 4018/2022 – Proposta n.º 2890/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Nuno Álvares, n.ºs 8, 8-A e 8-B - R/C E, em Setúbal**

85. **Deliberação n.º 4019/2022 – Proposta n.º 2891/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 8 de Maio de 1928, n.º 5 (antigo Lote 35) – 1.º Dto., em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 4020/2022 – Proposta n.º 2892/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Adelino dos Santos, n.º 2-B, em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 4021/2022 – Proposta n.º 2893/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nova Lisboa, n.º 12 – 6.º D, em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 4022/2022 – Proposta n.º 2894/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 6, em Azeitão**
89. **Deliberação n.º 4023/2022 – Proposta n.º 2895/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.ºs 8, 8-A a 8-C - R/C Esq., em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 4024/2022 – Proposta n.º 2896/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 16, em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 4025/2022 – Proposta n.º 2897/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique de Barros, n.º 3 – R/C, em Azeitão**
92. **Deliberação n.º 4026/2022 – Proposta n.º 2898/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 26 – 1.º Dto., em Setúbal**
93. **Deliberação n.º 4027/2022 – Proposta n.º 2899/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Belcampo, Rua Margarida Caineta, n.º 3, em Azeitão**
94. **Deliberação n.º 4028/2022 – Proposta n.º 2900/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Guilherme dos Santos, n.º 9 - R/C Esq., em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 4029/2022 – Proposta n.º 2901/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Sardinha, n.ºs 10, 12 e 14, em Setúbal**
96. **Deliberação n.º 4030/2022 – Proposta n.º 2902/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 6.º Esq., em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 4031/2022 – Proposta n.º 2903/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Silveira, n.º 44, em Azeitão**
98. **Deliberação n.º 4032/2022 – Proposta n.º 2904/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro João Ferreira, Rua do Castelo, Rua E, n.ºs 12 e 14 - Loja Esq., em Setúbal**
99. **Deliberação n.º 4033/2022 – Proposta n.º 2905/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 196 – 1.º Frt., em Setúbal**
100. **Deliberação n.º 4034/2022 – Proposta n.º 2906/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa das Especiarias, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal**
101. **Deliberação n.º 4035/2022 – Proposta n.º 2907/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João Soares, n.º 4 – 2.º Frt., em Setúbal**

102. **Deliberação n.º 4036/2022 – Proposta n.º 2908/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Serralheira, Lote 135, em Setúbal
103. **Deliberação n.º 4037/2022 – Proposta n.º 2909/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Gil Eanes, n.º 23 – 2.º Frt., em Setúbal
104. **Deliberação n.º 4038/2022 – Proposta n.º 2910/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Diogo Cão, n.ºs 20 e 20-A - RC Esq., em Setúbal
105. **Deliberação n.º 4039/2022 – Proposta n.º 2911/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua João Carlos Ary dos Santos, n.º 35, em Setúbal
106. **Deliberação n.º 4040/2022 – Proposta n.º 2912/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua de São Tomé e Príncipe, n.º 12 – 4.º Dto., em Setúbal
107. **Deliberação n.º 4041/2022 – Proposta n.º 2913/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Sítio das Casas Amarelas, Lote 81, em Setúbal
108. **Deliberação n.º 4042/2022 – Proposta n.º 2914/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida D. Manuel I, n.º 39 – 1.º Esq., em Setúbal
109. **Deliberação n.º 4043/2022 – Proposta n.º 2915/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Quinta do Paraíso, Travessa da Geminação, n.º 21 e Rua Cidade de Debrecen, n.º 5 - Piso Quatro A, em Setúbal
110. **Deliberação n.º 4044/2022 – Proposta n.º 2916/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Frei António das Chagas, n.º 16 – 4.º Frt., em Setúbal
111. **Deliberação n.º 4045/2022 – Proposta n.º 2917/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua do Mormugão, n.º 47 – 4.º Esq. Frt., em Setúbal
112. **Deliberação n.º 4046/2022 – Proposta n.º 2918/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79, 79A a 85, tornejando para a Rua Jorge Claro e para o Largo Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 2.º E, em Setúbal
113. **Deliberação n.º 4047/2022 – Proposta n.º 2919/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Largo José Afonso, n.ºs 61 a 63 e Rua da Praia da Saúde, n.ºs 54 a 58, em Setúbal
114. **Deliberação n.º 4048/2022 – Proposta n.º 2920/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua do Mormugão, n.º 45 – 1.º Centro Dto., em Setúbal
115. **Deliberação n.º 4049/2022 – Proposta n.º 2921/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Terroa, Avenida António Sérgio, Lote Pluri, em Setúbal
116. **Deliberação n.º 4050/2022 – Proposta n.º 2922/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 10 – 3.º Dto., em Setúbal
117. **Deliberação n.º 4051/2022 – Proposta n.º 2923/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Estrada da Algodeia, n.ºs 19, 19A e 19B e Rua Joaquim Venâncio, n.ºs 2 e 4 – 6.º Andar, em Setúbal

118. **Deliberação n.º 4052/2022 – Proposta n.º 2924/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Flores, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal
119. **Deliberação n.º 4053/2022 – Proposta n.º 2925/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Roberto Ivens, n.º 4 – 8.º Esq., em Setúbal
120. **Deliberação n.º 4054/2022 – Proposta n.º 2926/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua de Edmond Bartissol, n.ºs 14 e 16, em Setúbal
121. **Deliberação n.º 4055/2022 – Proposta n.º 2927/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 1.º Esq., em Setúbal
122. **Deliberação n.º 4056/2022 – Proposta n.º 2928/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 2.º Esq., em Setúbal
123. **Deliberação n.º 4057/2022 – Proposta n.º 2929/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 4.º Esq., em Setúbal
124. **Deliberação n.º 4058/2022 – Proposta n.º 2930/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Nova Lisboa, n.º 4 – 4.º Dto., em Setúbal
125. **Deliberação n.º 4059/2022 – Proposta n.º 2931/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida de Angola, n.º 23 – 4.º Dto., em Setúbal
126. **Deliberação n.º 4060/2022 – Proposta n.º 2932/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua dos Melros, n.º 86, em Setúbal
127. **Deliberação n.º 4061/2022 – Proposta n.º 2933/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal
128. **Deliberação n.º 4062/2022 – Proposta n.º 2934/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Quinta da Amizade, Rua das Laranjeiras, Lote 66, em Setúbal
129. **Deliberação n.º 4063/2022 – Proposta n.º 2935/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Garcia Peres, n.ºs 1 e 3, em Setúbal
130. **Deliberação n.º 4064/2022 – Proposta n.º 2936/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 4.º Dto., em Setúbal
131. **Deliberação n.º 4065/2022 – Proposta n.º 2937/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 111 – 5.º Frt., em Setúbal
132. **Deliberação n.º 4066/2022 – Proposta n.º 2938/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Beco das Barrocas, n.º 4, em Setúbal
133. **Deliberação n.º 4067/2022 – Proposta n.º 2939/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 2, em Setúbal
134. **Deliberação n.º 4068/2022 – Proposta n.º 2940/2022 – DAF/DICONT/SERGEP**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Quinta da Amizade, Praceta do Hortelão, Lote 326 – 2.º Esq., em setúbal

135. **Deliberação n.º 4069/2022 – Proposta n.º 2941/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 5, em Setúbal**
136. **Deliberação n.º 4070/2022 – Proposta n.º 2942/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 4 – 1.º Esq. e Arrecadação n.º 25, em Setúbal**
137. **Deliberação n.º 4071/2022 – Proposta n.º 2943/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santo Amaro, n.º 78, em Azeitão**
138. **Deliberação n.º 4072/2022 – Proposta n.º 2944/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.º 4 – 3.º Esq., em Setúbal**
139. **Deliberação n.º 4073/2022 – Proposta n.º 2945/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Augusto Cardoso, n.ºs 49 a 55, tornejando para a Travessa das Lobas, n.º 13 e Beco das Lobas, n.º 2A - R/C, em Setúbal**
140. **Deliberação n.º 4074/2022 – Proposta n.º 2946/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Freire, n.ºs 4 e 6 - R/C Dto., em Setúbal**
141. **Deliberação n.º 4075/2022 – Proposta n.º 2947/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luísa Tody, Lote 91 – 3.º Esq., em Azeitão**
142. **Deliberação n.º 4076/2022 – Proposta n.º 2948/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 2, tornejando para a Avenida da Independência das Colónias, n.º 15 – 8.º E, em Setúbal**
143. **Deliberação n.º 4077/2022 – Proposta n.º 2949/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Abel Salazar, n.º 25 – 7.º Esq., em Setúbal**
144. **Deliberação n.º 4078/2022 – Proposta n.º 2950/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 1 – 3.º Dto., em Setúbal**
145. **Deliberação n.º 4079/2022 – Proposta n.º 2951/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 7 – 1.º B, em Setúbal**
146. **Deliberação n.º 4080/2022 – Proposta n.º 2952/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Cova da Onça, Areias, Bairro Trindade, em Setúbal**
147. **Deliberação n.º 4081/2022 – Proposta n.º 2953/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 224 a 232, tornejando para a Rua de São Cristóvão, n.º 4 – 2.º Dto. Recuado, em Setúbal**
148. **Deliberação n.º 4082/2022 – Proposta n.º 2954/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Clube Recreativo da Palhavã, n.ºs 79, 81 e 83, em Setúbal**
149. **Deliberação n.º 4083/2022 – Proposta n.º 2955/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8 a 14 – 2.º E, em Setúbal**
150. **Deliberação n.º 4084/2022 – Proposta n.º 2956/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Azeda, Vale de Mulatas, Rua Lázaro Losano, Lote 80, em Setúbal**

151. **Deliberação n.º 4085/2022 – Proposta n.º 2957/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade de Debrecen, n.ºs 20, 20A a 20E – 6.º B, em Setúbal**
152. **Deliberação n.º 4086/2022 – Proposta n.º 2958/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Fontana, n.º 24, em Azeitão**
153. **Deliberação n.º 4087/2022 – Proposta n.º 2959/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F – 1.º B, em Setúbal**
154. **Deliberação n.º 4088/2022 – Proposta n.º 2960/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade da Beira, n.ºs 5, 7 e 9 – 4.º A, em Setúbal**
155. **Deliberação n.º 4089/2022 – Proposta n.º 2961/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal das Figueiras, Rua Luís Faria Trindade, n.º 17, em Setúbal**
156. **Deliberação n.º 4090/2022 – Proposta n.º 2962/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Adriano Correia de Oliveira, n.º 4 – 2.º H, em Setúbal**
157. **Deliberação n.º 4091/2022 – Proposta n.º 2963/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 63 – 1.º C, em Setúbal**
158. **Deliberação n.º 4092/2022 – Proposta n.º 2964/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Soeiro Pereira Gomes e Rua Henrique Augusto Pereira, Lote 5 – 2.º Esq., em Setúbal**
159. **Deliberação n.º 4093/2022 – Proposta n.º 2965/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fonte de Negreiros, n.ºs 38 e 38A (antigo Lote 159), em Azeitão**
160. **Deliberação n.º 4094/2022 – Proposta n.º 2966/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal**
161. **Deliberação n.º 4095/2022 – Proposta n.º 2967/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Bento Jesus Caraça, n.º 67, n.º 2 Esq., em Setúbal**
162. **Deliberação n.º 4096/2022 – Proposta n.º 2968/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 14 – R/C Esq., em Setúbal**
163. **Deliberação n.º 4097/2022 – Proposta n.º 2969/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 13 – R/C D, em Setúbal**
164. **Deliberação n.º 4098/2022 – Proposta n.º 2970/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale dos Pintassilgos – Estrada de Santas, em Setúbal**
165. **Deliberação n.º 4099/2022 – Proposta n.º 2971/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Lote 292, em Setúbal**
166. **Deliberação n.º 4100/2022 – Proposta n.º 2972/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do Lote de terreno n.º 210, do Loteamento Municipal do B. do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**
167. **Deliberação n.º 4101/2022 – Proposta n.º 2973/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do Lote de terreno n.º 270, do Loteamento Municipal do B. do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

168. **Deliberação n.º 4102/2022 – Proposta n.º 2974/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a RE-FOOD 4 GOOD - Associação**
169. **Deliberação n.º 4103/2022 – Proposta n.º 2975/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”**
170. **Deliberação n.º 4104/2022 – Proposta n.º 2976/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Monstro Coletivo - Associação Cultural**
171. **Deliberação n.º 4105/2022 – Proposta n.º 2977/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia do Sado**
172. **Deliberação n.º 4106/2022 – Proposta n.º 2978/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Cedência em regime de direito de superfície, a título gratuito, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 250,90 m², sita na Rua Dr. Manuel Arriaga, 7B, na União de Freguesias de Setúbal, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal**
173. **Deliberação n.º 4107/2022 – Proposta n.º 2979/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Resolução do Contrato de Concessão do Direito de Exploração dos Bares do Fórum Municipal Luísa Todi**
174. **Deliberação n.º 4108/2022 – Proposta n.º 2980/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Celebração de Contratos de Arrendamento - Serviços Municipalizados de Setúbal**
175. **Deliberação n.º 4109/2022 – Proposta n.º 2982/2022 – DAF/DICONT – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 8.ª ao Plano de Atividades e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
176. **Deliberação n.º 4110/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
177. **Deliberação n.º 4111/2022 – Proposta n.º 2984/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. “Prestação de serviços de aluguer operacional de 4 viaturas pesadas de 14/16 m³ e 18/22 m³ para recolha de contentores de resíduos sólidos urbanos, pelo período de 30 meses” – RETIRADA**
178. **Deliberação n.º 4112 /2022 – Proposta n.º 2985/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos de contentores enterrados e semienterrados, do Município de Setúbal, pelo período de 24 meses” – RETIRADA**
179. **Deliberação n.º 4113/2022 – Proposta n.º 2987/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor da União de Freguesias de Setúbal - “Prestação de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes na União de Freguesias em Setúbal, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por período igual e sucessivo até ao limite de 24 meses**
180. **Deliberação n.º 4114/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DEB/DIGEPE – Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**
181. **Deliberação n.º 4115/2022 – Proposta n.º 2983/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de**

- águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor” – RETIRADA*
182. *Deliberação n.º 4116/2022 – Proposta n.º 2986/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 299/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT), para alimentar todas as infraestruturas, equipamentos e instalações integradas nos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo dos lotes 1, 2 e 3 do acordo quadro AQ-ELE-2020, promovido pela ESPAP - Adjudicação*
 183. *Deliberação n.º 4117/2022 – Proposta n.º 100/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal – Campeonato Nacional de Boulder e 5.ª Etapa da Taça de Portugal de Boulder*
 184. *Deliberação n.º 4118/2022 – Proposta n.º 101/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à União Cultural Recreativa e Desportiva Praisense – 24.ª São Silvestre do Sado*
 185. *Deliberação n.º 4119/2022 – Proposta n.º 102/2022 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - XXIII ExpressArte*
 186. *Deliberação n.º 4120/2022 – Proposta n.º 846/2022 – DURB – Definição do período de época balnear no Concelho de Setúbal para o ano de 2023*
 187. *Deliberação n.º 4121/2022 – Proposta n.º 847/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 812/22*
 188. *Deliberação n.º 4122/2022 – Proposta n.º 848/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 454/21*
 189. *Deliberação n.º 4123/2022 – Proposta n.º 849/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 131/21*
 190. *Deliberação n.º 4124/2022 – Proposta n.º 850/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 246/19*
 191. *Deliberação n.º 4125/2022 – Proposta n.º 851/2022 – DURB/DIGU – aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 315/19*
 192. *Deliberação n.º 4126/2022 – Proposta n.º 852/2022 – DURB/DIMOT – Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt Support Services PT, Unipessoal Lda., para a instalação e operação de sistema de bicicletas elétricas partilhadas (modos suaves) na cidade de Setúbal pelo período adicional de 6 (seis) meses – RETIRADA*
 193. *Deliberação n.º 4127/2022 – Proposta n.º 853/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internas e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 e 15.

- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 16.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 17.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Presidente – Informou os vereadores que o Centro Hospitalar de Setúbal, infelizmente, continuava a ser uma situação que se agravava progressivamente. A Câmara Municipal acompanhava a situação com muita preocupação. Quando receberam a nova administração do hospital tiveram a oportunidade de trocar opiniões sobre a situação difícil, tendo chegado a um ponto quase de iminente rutura nos cuidados de saúde à população não só do concelho de Setúbal, mas com maior premência às populações de Setúbal, Palmela e Sesimbra. Falei com os senhores presidentes das Câmaras de Palmela e Sesimbra e decidiram pedir uma reunião ao senhor Ministro da Saúde, no sentido de ver que medidas poderiam ser tomadas de forma a minorar rapidamente a situação que se vivia no Hospital de S. Bernardo. Os hospitais do distrito, em particular na península de Setúbal, estavam numa situação idêntica à de Setúbal. A situação era muito complicada nos hospitais a nível nacional.

Os hospitais públicos e o Serviço Nacional de Saúde recebiam os jovens que saíam das universidades para fazer a formação e a especialidade e quando terminavam saíam do hospital público e iam para o hospital privado. Os médicos que estavam nos diversos serviços, avançavam na idade e muitos daqueles profissionais iam saindo do Serviço Nacional de Saúde, seria necessário que fossem tomadas medidas que rapidamente pudessem resolver o problema. Tinham um caso particular do hospital de Setúbal que estaria relacionado com o concurso para as obras de ampliação que também não tinha fim e que seria uma situação que agravava a situação de Setúbal. Aquela tinha sido a razão pela qual terão pedido uma reunião ao senhor Ministro, com caráter de urgência, no sentido de poderem contribuir para encontrar uma solução.

Disse que tinha recebido do Comité Olímpico de Portugal uma carta de atribuição na qualidade de membro honorário do Comité Olímpico de Portugal à Câmara Municipal de Setúbal. Aquela deliberação do Comité Olímpico tinha sido tomada por unanimidade, no passado dia 29 de novembro, considerando os relevantes serviços prestados no apoio à preparação olímpica de atletas e técnicos, convidando a Câmara Municipal a fazer-se representar nas assembleias plenárias do Comité Olímpico. Seria para todos motivo de grande satisfação e orgulho, pelo facto de se reconhecer à Câmara Municipal de Setúbal o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido, para além da disponibilidade das instalações e respetivos técnicos, no apoio aos atletas que também dignificavam o nome de Portugal a nível nacional e internacional.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a situação relativamente ao Hospital de Setúbal era pública, embora não tivessem exatamente a mesma posição do senhor Presidente, relativamente à questão do diagnóstico. Não seria apenas uma questão de falta de médicos, tratava-se de uma questão de planeamento daquilo que era o Serviço Nacional de Saúde e o que se tinha passado nos últimos anos. No Centro Hospitalar de Setúbal verificou-se que existia um desinvestimento, sendo que um conjunto de especialidades ou já terminaram ou poderiam vir a terminar com a falta de profissionais de saúde. A situação era muito grave e tinha sido noticiada em toda a parte. Questionou o senhor Presidente, sobre qual tinha sido o papel da Câmara Municipal de Setúbal naquela matéria, uma vez que tinha havido uma alteração no órgão consultivo, em que a Câmara Municipal tinha passado a estar

representada pelo senhor Vereador Pedro Pina ou pelo senhor Presidente. Seria importante também saber qual seria as explicações que tinham sido dadas para aquilo que se estaria a passar.

Ao falarem genericamente do Serviço Nacional de Saúde era um favor que estavam a fazer ao próprio Governo, porque a situação era muito complicada, estava relacionada com a incapacidade de reter os respetivos profissionais. Parafraseando o senhor Ministro, era natural que os jovens médicos emigrassem. Devem ter reparado como aquelas frases eram suavizadas pela própria comunicação social, quando noutros tempos onde não se verificavam as coisas graves que atualmente se verificavam, se imputavam aos governantes de então, intenções de praticamente expulsar as pessoas do país. Significava que seria necessária uma explicação concreta sobre o que se passava no Centro Hospitalar de Setúbal e não falar genericamente sobre o Serviço Nacional de Saúde. Certamente que existiam problemas nos outros hospitais do distrito e da península de Setúbal em particular, no entanto, gostaria de saber sobre o que se passava exatamente com o Centro Hospitalar de Setúbal. Questionou se havia, ou não, um investimento no Centro Hospitalar de Setúbal. Questionou se iriam, ou não, fechar especialidades independentemente do que se passava naquela semana que, como todos sabiam iam ter a Pediatria fechada. Constava que poderia voltar a acontecer noutros períodos, ainda durante o ano de 2022, segundo informação obtida por profissionais de saúde. Era preciso não só perceber o que se passava, como também tentar dar uma resposta aos setubalenses. Não cabia à Câmara Municipal, porque não era a Câmara Municipal que geria o hospital, dar as respostas diretamente, mas haveria que obtê-las da Administração do Centro Hospitalar de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era sempre com alguma satisfação, por parte do PSD, ouvir aquela preocupação com o Serviço Nacional de Saúde, que acreditavam que era uma preocupação sincera. Na realidade, sabiam aquilo que tinha sido feito entre 2011 e 2015 ao Serviço Nacional de Saúde, a toda a Administração Pública, com a criação de listas negras, com o despedimento e o desinvestimento na Administração Pública e também no Serviço Nacional de Saúde. No entanto, percebiam que enquanto oposição, o PSD tivesse mudado a sua posição. Quanto ao Serviço Nacional de Saúde, o PS tinha estado sempre no lado certo da história, sempre na defesa do Serviço Nacional de Saúde, pelo que não existiam nem poderiam existir dúvidas. O tema da Saúde era um tema que os deveria unir, era um tema que não deveria servir para guerrilha política e quando não sabiam ou não tinham informação, deveriam procurá-la ao invés de andar por aí na opinião pública, nas redes sociais, para criar mais alarme sobre a população.

Sobre o problema, muitos deles estruturais no nosso Centro Hospitalar de Setúbal, cabia-lhe colocar algumas perguntas.

Questionou sobre qual o motivo que tinha levado a que Hospital de São Bernardo tivesse de encerrar as urgências pediátricas até ao dia 12.

Questionou sobre qual a solução imediata que tinha sido criada pelo Hospital de São Bernardo, no sentido de os utentes que ficassem privados do acesso às urgências pediátricas durante aquele período que não ficassem fora do Serviço Nacional de Saúde, porque o Serviço Nacional de Saúde trabalhava em rede e nenhuma criança, nenhum utente ficaria sem acesso aos serviços de saúde.

Questionou sobre aquilo que estaria a ser feito, no imediato, para combater a falta de médicos, aquele problema que estavam a vivenciar.

Questionou qual a data prevista ou qual o ponto de situação, sobre o processo de empreitada que o atual Governo teve, em boa hora, a capacidade de identificar e agir, uma vez que tinha sido com o atual Governo que o problema de ampliação das urgências no Hospital de São Bernardo, num investimento assumido, ia avançar. Cabendo questionar qual a razão a empreitada ainda não tinha sido adjudicada e por que razão as obras ainda não tinham iniciado, dado que o investimento já tinha sido decidido por parte do Governo.

Questionou se por parte da administração do Hospital de Setúbal existia alguma estratégia delineada, para evitar o amontoar de doentes nas urgências.

Sobre as questões que tinha levantado cabia-lhe tentar dar algumas respostas.

Relativamente ao processo de empreitada para a construção do novo edifício das urgências do hospital, sabiam que em janeiro tinha havido a necessidade, por parte do Governo, de reforçar a verba para o concurso de empreitada. Tinha sido feito através de uma decisão do Conselho de Ministros. Os concorrentes, depois de devidamente classificados na lista final, tinha havido um recurso que impedira que a empreitada tivesse sido adjudicada e que as obras tivessem sido iniciadas. Tinham conhecimento que, no mês de dezembro, a empreitada iria ser adjudicada, uma vez que o processo de concurso tinha chegado ao fim e as obras para a ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo iria avançar no 1.º trimestre de 2023.

Sobre a solução que tinha de ser encontrada para evitar que os doentes se amontoassem nas urgências do hospital: naquele momento tinha sido concluída uma nova valência no Hospital de São Bernardo, num investimento de mais de 1 milhão de euros, uma nova unidade de internamento de curta duração, que iria entrar em funcionamento no início de 2023, que levaria a que o amontoar de doentes em macas nas urgências fosse evitado. Não iria entrar já em vigor, porque as doenças respiratórias agravaram-se de forma intensa e vieram fora de tempo. As doenças respiratórias agravavam-se de forma intensa entre o dia 15 de dezembro e o dia 15 de janeiro, na sequência da pandemia que todos vivenciaram, estaria a verificar-se fora de tempo.

Disse que caberia perguntar o que tinha acontecido. Existia um problema estrutural no Serviço Nacional de Saúde, falta de médicos. Mesmo perante aquela falta de médicos, o Hospital de São Bernardo tinha tido capacidade de dar resposta. Infelizmente terá havido a necessidade de encerrar temporariamente as urgências pediátricas, porque dos 19 médicos, existiam cerca de 8 a 9 médicos que não faziam urgência, existiam médicos que estavam de baixa médica ou licença de maternidade e alguns atingiram naquele mês a idade de 50 ou 55 anos, o que levava a uma limitação no trabalho nas urgências. Tratava-se de uma limitação que advinha de um problema estrutural e que carecia de uma resolução. Tinha sido feito no imediato uma revisão em alta do valor a ser pago aos tarefeiros, que teria efeitos de reforço no início do próximo ano.

Embora se percebesse o constrangimento e os enormes problemas que estariam a vivenciar por falta de médicos, na realidade, existia um reforço dos cuidados de saúde primários, com mais consultas de dia, mais consultas abertas para fazer face àquele problema durante o período em que temporariamente as urgências iriam ficar encerradas.

Como o Serviço Nacional de Saúde trabalhava em rede, existia uma situação em que o Hospital do Barreiro e o Hospital Garcia de Orta iriam estar prontos a dar resposta. De 6 a 11 de dezembro o Hospital de São Bernardo iria manter em regime de urgência interna, um pediatra para apoio ao internamento e um médico tarefeiro no serviço de urgência geral, para o caso de poder chegar alguma criança em estado crítico.

Tinha sido contratada mais uma ambulância, para estar em permanência no serviço de urgência a fim de assegurar o transporte urgente de crianças para outro hospital.

Tratava-se de uma situação que preocupava os vereadores do Partido Socialista, era uma situação que preocupava o Partido Socialista, mas os vereadores do Partido Socialista, os autarcas do Partido Socialista não faziam da saúde um tema de arremesso político. Procuravam a informação, procuravam estar no lado da solução. Estavam preocupados com a situação, mas com total confiança no trabalho que a nova administração estava a fazer, com a total confiança no Ministro da Saúde, no Governo, no trabalho que estava a ser feito na defesa do Serviço Nacional de Saúde e com a plena confiança nos profissionais de saúde, nomeadamente nos profissionais que no dia a dia tentavam fazer o seu melhor, em resposta aos utentes que procuravam o nosso Centro Hospitalar.

Aquelas eram as informações de que dispunham e uma vez que o senhor Presidente da Câmara tinha levantado o tema, achamos por bem trazê-las para a reunião de câmara para que fossem feitos os esclarecimentos. Preocupados do lado da população, ao lado dos profissionais do hospital de Setúbal e sempre na defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que compreendia que com a aproximação da época natalícia o tom das intervenções fosse mais moderado, pausado e recatado. Com a intervenção do senhor vereador Fernando José ficaram a perceber que para além da sua função de deputado e de vereador tinha passado a ser porta-voz do Centro Hospitalar de Setúbal, o que não tinha mal nenhum. Já tinha previsto que um dia poderia vir a ser Secretário de Estado do Trabalho, talvez pelas circunstâncias pautadas pelas dificuldades do Governo, nunca se saberia, pelo que lhe desejava boa sorte.

Informou o senhor vereador que tinham percebido tudo aquilo que tinha apresentado, no entanto, o diagnóstico que apresentou era um diagnóstico que não correspondia ao sentimento da população de Setúbal e de toda a população que recorria ao Hospital de São Bernardo.

Sobre um discurso de compreensão, de apaziguamento e de solidariedade, referiu que o executivo municipal não precisava da moral do Partido Socialista. O executivo municipal tinha estado sempre na linha da frente dos trabalhadores do Centro Hospitalar de Setúbal, das administrações do Centro Hospitalar de Setúbal, tentando consertar soluções para as diferentes necessidades, com diferentes reuniões que foram sendo tidas ao longo de todo aquele processo, com um enorme reconhecimento como era demonstrado de forma física e objetiva pela solidariedade e pela entrega, quer no período da COVID, quer nos mais diferentes momentos dos profissionais do Centro Hospitalar de Setúbal e das unidades de Saúde Familiar. Sobre aquela matéria estariam todos consensuais.

Disse que tinha sido exatamente pela voz do senhor Vereador Fernando José que, desde há algum tempo tinha assumido a dupla condição de ser vereador daquela casa e também deputado na casa da democracia, na Assembleia da República, que por diferentes vezes, independentemente das explicações que lhes tinham sido dadas, ouviram a expressão "*palavra dada e palavra honrada*". Todos se recordavam que durante a campanha eleitoral, o Partido Socialista tinha um pequeno "*outdoor*" junto ao Hospital de São Bernardo, referindo "*palavra dada é palavra honrada*", mas utilizando uma expressão popular "*As palavras leva-as o vento*" e "*De boas intenções está o inferno cheio*".

Disse que poderiam perceber as explicações dos adiamentos, mas não poderiam deixar de esquecer das trapalhadas da ampliação das obras do Hospital de São Bernardo, haveria que se ter dito que se tratava de um processo menos célere, que deveria ter acautelado uma necessidade emergente naquela resposta.

Referiu que o senhor Vereador contradizia-se na intervenção relativamente aos recursos humanos, porque descrevera com algum rigor aquilo que seriam as suas dificuldades, tendo chamado a atenção à discrição relativamente aos médicos disponíveis. Relativamente aos 19 médicos, tal como o senhor Vereador sabia e tinha referido, que estariam associados ao serviço de Pediatria, a grande maioria deles não seriam pediatras. Aquela prestação de serviços criava logo à partida enormes limitações para aquilo que era a prestação do serviço de Pediatria.

O senhor Vereador tinha dito que sabiam que existiam dificuldades de recurso humanos, sabiam que muitos médicos se aproximavam da idade de reforma, pelo que terá questionado, como quem de direito não tinha acautelado aquelas circunstâncias, para chegar a uma situação de rutura em que, naquele momento, se encontrava o Centro Hospitalar de Setúbal, bem como duma necessidade premente nos mais diferentes serviços, em particular na área da Pediatria, que chegara a um profundo constrangimento de levar ao encerramento prolongado.

Percebiam que a situação era incómoda para o Partido Socialista, certamente incómoda para o senhor Ministro que chegara recentemente, o qual terá ficado surpreendido com as dificuldades que tinha encontrado e que desconhecia que as iria encontrar. Sendo o senhor Ministro da Saúde um homem do Norte, certamente terá ficado desnordeado com toda aquela situação.

Disse que seriam urgentes e emergentes respostas imediatas, porque não poderiam aceitar tal como tinha acontecido no dia anterior, pessoas que não tinham sido atendidas no Hospital de São Bernardo.

Referiu que o senhor Vereador Fernando José tinha sido eleito como deputado pelo distrito de Setúbal e sabia que todas as informações não haveriam de ser exageradas ou alarmistas. Recordou ao senhor Vereador que, em fevereiro de 2022, fez questão de referir a propósito de uma situação de constrangimentos do Centro Hospitalar de Setúbal, até porque os constrangimentos associados ao Centro Hospitalar de Setúbal tinham sido recorrentes, não era só o episódio da Pediatria, mas não se tratava de alarmismo, mas de um diagnóstico real às quais seria urgente dar resposta e às quais continuavam a procurar que o Governo encontrasse as respetivas soluções. Quando o senhor Ministro referira assim como o senhor Vereador repetira, que as pessoas se poderiam dirigir ao Hospital de São Bernardo, mas depois assistiam pelas notícias e por informação do próprio hospital que as urgências do Hospital Garcia de Orta e do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo estavam a sofrer enormes constrangimentos, como devia compreender, não seria pelo facto de ter falado num tom mais tranquilo e sereno que aquela situação poderia acalmar. Não estariam a falar de uma matéria qualquer, tratava-se de uma matéria que certamente os unia, uma matéria que os preocupava, mas exigia respostas, sendo que sobre a mesma não tinha sido dada as respostas necessárias.

O desinvestimento em matéria de Serviço Nacional de Saúde era gritante, por essa razão chegaram àquela situação.

A Câmara Municipal não fazia de nenhuma matéria que estivesse relacionada com a dimensão social nem alarmismo, nem utilização política, mas não poderia deixar de continuar a afirmar que seria fundamental que se tomassem decisões. Quem tinha feito bandeira política daquilo que não se tinha cumprido, tinha sido o Partido Socialista. Quem tinha tido naquela câmara a afirmação constante, em vários e diferentes momentos, como poderiam constatar em artigos do jornal “O Setubalense” que as obras se iriam iniciar em 2020, depois em 2021, entretanto o concurso tinha ficado deserto, finalmente parecia que iria avançar. Questionou se na realidade iria finalmente avançar, uma vez que as coisas ainda não tinham avançado. Aquela era a verdade.

Não ficava mal dizer ao senhor vereador que as coisas não tinham corrido bem e também não ficaria mal ao Partido Socialista dizer, que seria expectável que naquela fase as obras estivessem adiantadas. Uma vez que tinha sido aqueles os compromissos que o Partido Socialista por diferentes vezes tinha afirmado. Poderiam perceber que tivesse havido um conjunto de dificuldades que pudessem ter sido ultrapassadas, mas na verdade as obras não começaram de acordo com os prazos que estavam previstos e esperavam que se iniciassem o mais depressa possível. Aquela seria uma matéria que iria contribuir para a fixação dos profissionais, se tivessem mais e melhores condições.

Aquele tipo de constrangimento não poderia ser lido de forma tão fácil, uma pessoa que se dirigisse à urgência do Hospital de São Bernardo ou uma pessoa que tivesse um filho em casa doente não tinha uma resposta célere e as notícias que circulavam eram absolutamente preocupantes.

Tudo aquilo não os deveria deixar indiferentes e exigiam que o Governo tomasse medidas emergentes.

Ainda bem que o senhor Vereador tinha aquela informação da parte da administração, a quem o executivo havia solicitado há mais de uma semana pediram, tendo sido agendada uma reunião para a próxima sexta-feira, esperavam que todas as informações lhes pudessem ser transmitidas.

Disse que deveria ficar claro e não deveria importar ao Partido Socialista dizer que não tinha havido capacidade para ultrapassar aquela situação, as obras tardavam, a resposta dos recursos humanos do Hospital de São Bernardo tardavam, a perda sistemática ao longo dos anos de valências no Hospital de São Bernardo confirmava-se, sendo a responsabilidade dos diferentes Governos que teriam que assumir responsabilidade e ao Governo do Partido Socialista que nos últimos anos tinha tido a responsabilidade relativamente à pasta da Saúde.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor vereador Pedro Pina parecia ter esquecido, ainda bem que assim acontecera, que as obras de ampliação do Hospital de São

Bernardo, tinham sido anunciadas e decididas pelo Governo em finais de 2019, tendo pelo meio uma pandemia em 2020/2021. Certamente terá esquecido aquela fase difícil, onde todos os meios se concentraram no combate àquela mesma pandemia, para o senhor Vereador terá sido certamente algo menor. O senhor Vereador também se tinha esquecido da crise política provocada pela união que existiu na Assembleia da República dos partidos à esquerda do Partido Socialista que se uniu à extrema-direita e à direita para derrubar o Governo através do chumbo do Orçamento de Estado. Informou o senhor Vereador Pedro Pina, por mais explicações que lhe pudesse trazer o senhor Vereador não queria ouvir as explicações, o senhor Vereador não queria perceber aquilo que tinha sido dito. Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista procuravam informação, enquanto vereadores eleitos reuniam com quem lhes poderia dar a informação.

Palavra dada pelo Partido Socialista era palavra honrada. As obras de ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo, a empreitada de construção do novo edifício iria ser adjudicada naquele mês e não tinha sido adjudicada antes, por força do Código de Procedimento Administrativo/Contratos Públicos, tendo verificado que depois da lista final dos concorrentes terá havido um concorrente que recorreu da decisão, existindo prazos que tinham que ser cumpridos. Concluída aquela fase a empreitada seria adjudicada naquele mês.

Disse que não acreditava que o senhor Vereador Pedro Pina estivesse chateado, acreditava que o senhor Vereador Pedro Pina estivesse bastante satisfeito com o facto de no mês de Dezembro, que aquela empreitada viesse a ser adjudicada e também acreditava sinceramente que estivesse bastante satisfeito, com o facto de no primeiro trimestre de 2023 ser lançada a primeira pedra para avançar com as obras de ampliação das urgências do nosso hospital e certamente que estaria presente no momento da cerimónia do arranque das obras de construção do novo edifício.

Informou o senhor Vereador Pedro Pina que já estaria concluída a nova unidade de internamento de curta duração, um investimento de 1 milhão de euros e que iria entrar em funcionamento no início de 2023. Para dar resposta aos utentes que iriam ficar privados, de forma temporária, do acesso às urgências pediátricas e conforme medida do Serviço Nacional de Saúde dar resposta, porque o Serviço Nacional de Saúde continuava a dar resposta, porque trabalhava em rede, teriam em situações necessárias o encaminhamento de utentes para o Hospital do Barreiro e do Garcia da Orta, daí que tivesse sido contratualizada mais uma ambulância e o reforço dos cuidados de saúde primários, mais consultas diárias, mais consultas abertas. De 6 a 11 de dezembro, o Hospital de São Bernardo mantinha em regime de urgência interna, um pediatra para apoio ao internamento e um médico tarefeiro no serviço de urgência geral para o caso de poder chegar alguma criança em estado crítico, poder só ser observada e encaminhada para outro hospital. A situação da falta de médicos, que se previa o seu reforço no início do próximo ano, resultava de os preços para os tarefeiros terem sido revistos em alta.

Sendo um problema estrutural que estava a ser acompanhado de forma assertiva e a ser resolvido pelo Governo, eram temas que levavam algum tempo, pelo que haveria que encontrar medidas imediatas e de curto prazo para resolver aqueles constrangimentos. Estavam preocupados, estavam a acompanhar e reafirmavam a confiança naquele conselho de administração, nos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, principalmente no Hospital de São Bernardo e tinham total confiança no trabalho do Governo e nomeadamente o trabalho que o Ministro da Saúde estava a fazer na defesa do SNS.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha colocado um conjunto de questões em reunião de câmara, as quais não lhe responderam por parte do senhor Presidente e do senhor Vereador Pedro Pina, na perspetiva daquilo que deveria ser a informação obtida pelos eleitos locais, relativamente à questão do Centro Hospitalar de Setúbal. Tiveram a oportunidade de ouvir o senhor Vereador Fernando José com um conjunto de informações que seriam novas até para o executivo, porque só estaria prevista uma reunião com a administração na sexta-feira, para que o executivo pudesse obter toda a informação.

Referiu que não levavam lições de ninguém sobre como deveriam abordar os assuntos. Abordavam os assuntos com toda a tranquilidade e aquele seria um assunto muito sério que necessitava de ser bem explicado e ninguém estaria a fazer daquela situação chicana política.

Sendo um assunto sério, deveriam ser esclarecidos seriamente sobre o mesmo. Ninguém tinha levantado questões se o hospital iria ser ampliado ou se iria ser lançada a obra. Estavam a falar do fecho da Pediatria e de um conjunto de especialidades no Hospital de Setúbal. Nada daquilo estava relacionado com a obra que esperavam que, obviamente, avançasse rapidamente, dado que aguardavam há muitos anos que ela avançasse. Disse que ficavam a aguardar a explicação que não tinha sido fornecida, pelo que ficariam a aguardar, mas enquanto organização política iria tentar obtê-la e que teriam o dever de lutar pelos setubalenses e pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

A questão de andar sempre a arremessar que o PSD ou a direita era contra o Serviço Nacional de Saúde, como se poderia verificar, às vezes na política tinham aquele problema, os argumentos utilizados tinham efeito “boomerang” e viravam-se contra quem os utilizava excessivamente e de forma deturpada.

Aguardavam que houvesse informações sobre a reunião que o executivo iria ter com a administração do hospital. O PSD iria requerer através dos seus deputados, uma reunião com a mesma administração para obter informações.

Relativamente à prestação de serviços de transportes da Alsa Todi, disse que tinham sido informados, apesar de haver alguma regularização do serviço, aos fins de semana continuava a haver ausência de transportes, bem como no período noturno existiam ausências flagrantes. Tinha sido muito mais amplo, o período onde não havia prestação de serviços em muitas das carreiras previstas.

O assunto da Comenda era um assunto recorrente que era levado pela sua bancada nas reuniões de câmara. Disse que, finalmente, já tinham recebido um conjunto de informação da Câmara e estariam a analisá-la, no entanto, solicitavam ao senhor Presidente ou aos senhores vereadores que, quando houvesse mais algum desenvolvimento relativamente aquele assunto que os informassem, uma vez que o assunto continuava a ser de foro público. Recentemente tinha sido objeto de uma peça jornalística num canal de televisão.

A última questão prendia-se com uma informação de moradores no Bairro do Rio da Figueira, na Estrada das Machadas, onde tinha decorrido uma obra a qual afetava um aqueduto com cerca de 500 anos e que naquela via era subterrâneo. Aquele tipo de assuntos deveria ser discutido para saber que o património deveria ser preservado e respeitado, por essa razão, gostariam de saber se a câmara tinha conhecimento daquela situação e qual tinha sido a reação da câmara perante o acontecimento.

Sr. Vereador Pedro Pina – Informou o senhor Vereador Paulo Calado que no que dizia respeito ao conselho consultivo, embora a indicação no quadro da Área Metropolitana de que seriam as autarquias os representantes a dirigir o conselho consultivo havia uma parte importante na constituição que não dependia da autarquia. A Autarquia de Setúbal já tinha desencadeado todo o processo e aguardava que o conjunto de representantes que decorria da responsabilidade direta do conselho de administração, aguardavam a todo o momento que os representantes estivessem formalmente constituídos, para que se pudessem reunir. O conselho consultivo, face à diversidade dos representantes que possuía, poderia ter um papel importante.

Disse que tinha sido o senhor Vereador Fernando José, quem anunciara sistematicamente o início das obras e tinha ido dizer para o jornal que as obras iriam arrancar. O senhor Vereador poderia passar um pano sobre aquilo que tinha sido o processo, poderia pretender justificar o que seria justificável, mas não poderia deixar de dizer a verdade e na verdade o senhor Vereador andava há 2 anos a anunciar que as obras iriam começar. A pandemia servia para o senhor Vereador justificar tudo aquilo que tinha afirmado.

Relativamente à situação de ter de acautelar os recursos humanos, questionou o senhor Vereador se também tinha sido uma situação pandémica.

Não se tratava de uma situação pandémica, porque a previsão relativamente aos recursos humanos, ao corpo médico do Centro Hospitalar de Setúbal, tinha sido anterior a todo aquele processo. O senhor Vereador que tantas vezes se batia naquela casa pelas questões da precariedade, pelas questões laborais, voltara a afirmar que teriam de ter prestadores de serviços nas circunstâncias precárias, para prestar serviços no Centro Hospitalar de Setúbal. Tinham de se socorrer naquelas situações que eram emergentes e urgentes, as quais todos compreendiam, mas a verdade é que o senhor Vereador Fernando José que tantas vezes tinha levantado a bandeira do trabalho e da questão dos concursos, agora era o primeiro a reconhecer, que a forma que tinham para garantir a prestação no Serviço Nacional de Saúde passava por se socorrerem de prestadores de serviços. O senhor Vereador Fernando José terá dito uma verdade, para que fosse possível aquilo acontecer, tinha havido necessidade de se rever os valores para contratar os médicos.

Questionou o senhor Vereador Fernando José sobre quem é que não tinha acautelado aquela situação, se teria sido a pandemia.

Disse que de acordo com aquilo que tinham afirmado havia desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e no seu corpo médico, sendo uma situação gritante.

Solicitou informação ao senhor Vereador Fernando José já que estaria tão bem informado e tinha pedido tantas informações, no entanto, o CODU tinha informado que o Centro Hospitalar do Barreiro estaria com constrangimentos nas urgências e o senhor Vereador tinha dito para se encaminhar as pessoas para o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo. O Garcia da Orta estava com constrangimentos na prestação de serviços.

Não sendo uma piada, disse que esperava que não se estivesse a falar para ser encaminhado para o “Centro Hospitalar do Seixal”, que também era uma promessa, que certamente ajudaria à sobrecarga do Garcia de Orta, que de acordo com aquilo que tinha sido dito pelo senhor Vereador Fernando José, seria complementar às circunstâncias de emergência que poderia acontecer no Centro Hospitalar de Setúbal.

Como seria do conhecimento do senhor Vereador Fernando José, da parte do executivo, naquilo que dizia respeito para acelerar o processo, fizeram-no através de reuniões com a administração do Centro Hospitalar de Setúbal, quem não tinha sido capaz de considerar todas as nuances tinha sido o Governo, com as mais diferentes respostas.

Disse que quem estaria a ser privado da prestação dos serviços de saúde condignamente em Setúbal seriam as pessoas e isso não poderiam aceitar. Poderiam ter várias explicações, mas aquela era a realidade, considerando que precisavam de estar todos unidos sobre aquela matéria e não poderiam deixar de escamotear aquilo que seria a realidade que se passava no Centro Hospitalar de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina tinha sido política, mas que em nada contribuía para o esclarecimento da população, que em nada contribuía para o acalmar daquele alarme social que tinha sido criado e com razão, porque quando se anunciava o encerramento temporário das urgências pediátricas causaria alarme. Aquele encerramento causava constrangimentos à população no acesso às urgências do nosso hospital, no entanto, os problemas estavam a ser encarados e estavam a ser encontradas soluções.

O senhor Vereador Pedro Pina deveria saber que existiam regimes jurídicos que permitiam a existência de contratos de trabalho ou de prestação de serviços. Aquilo que não poderiam ter, seriam as falsas prestações de serviço e falsos recibos verdes como existiam na Câmara Municipal de Setúbal. Aquilo que tinham estado a falar não seriam falsos recibos verdes, mas de situações de prestação de serviço que consubstanciavam em si verdadeiras prestações de serviço.

Disse que tinha dado as informações no sentido de informar os setubalenses. Na intervenção do senhor Vereador Pedro Pina não tinha havido qualquer contributo na defesa do Serviço Nacional de Saúde, nem sequer na informação aos setubalenses, no entanto, percebiam aquela forma de intervir e respeitavam.

Na sequência da sessão da Assembleia Municipal, na qual tinha sido aprovada uma moção com recomendações e após discussão tida também em reunião de câmara passada, tiveram conhecimento que o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores terá emitido mais um aviso prévio de greve, significava que haveria um prolongamento da greve. O conflito estava a agudizar-se, não tinha fim à vista, o Partido Comunista Português defendia o diálogo social, defendia a negociação coletiva. Questionou se o senhor Presidente já tinha dado um passo no sentido de reatar as negociações com o sindicato e com estruturas representativas dos Bombeiros Sapadores, no sentido de as negociações quanto à celebração de um acordo ser possível. Uma vez que a única forma de dirimir o conflito seria através da negociação, através do diálogo e só através do diálogo que se iria conseguir repor a paz social na Companhia de Bombeiros Sapadores. Questionou se aquele passo já tinha sido dado pelo senhor Presidente ou pela senhora Vice-Presidente, no sentido de as negociações serem reatadas. Na eventualidade da incapacidade de negociar existiam mecanismos na lei de negociação assistida, como era o caso da conciliação que ajudavam a ultrapassar aquele tipo de constrangimentos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Relativamente à questão do Hospital disse que pretendia registar o ambiente compreensivo do senhor Vereador Fernando José, tendo registado todos os argumentos que o mesmo tinha utilizado para os utilizar dezenas de vezes, em dezenas de situações equivalentes ao passado em que o senhor Vereador Fernando José exigia respostas de imediato, exigia movimento, luta, greves se necessário, para coisas de uma gravidade que comparadas com aquilo não teriam nada que ver. Seria importante registar o estilo compreensivo, iria ter em conta no futuro, usando exatamente os seus argumentos em todas as situações sempre que tivesse que explicar alguma coisa que o senhor Vereador jamais compreendera e que tinha sido claramente intolerante. Disse que ficava registada a mudança, porque seria muito bom e importante.

Referiu que, em toda aquela conversa do senhor Vereador Fernando José, tiveram Governo, tiveram o discurso do Ministro da Saúde, que habilmente ao contrário da anterior Ministra da Saúde que negava os problemas, o atual Ministro assumia, reconhecia e até acentuava a gravidade da nota, mas depois não resolvia, mas desarmava, tal como tinha feito o senhor Vereador Fernando José naquele momento. Era um alinhamento interessante, estava perfeito e se o senhor Ministro da Saúde tivesse ouvido o senhor Vereador a falar, dar-lhe-ia os parabéns, porque estava no alinhamento perfeito com a política do Governo e com a forma nova que o Governo tinha decidido utilizar para contemporizar e estancar a crise brutal do Serviço Nacional de Saúde, que dependia de duas coisas. Da forma como o PSD desinvestira e tinha procurado destruir e da forma como o PS desinvestira, "*batendo no peito palavras de amor*" ao Serviço Nacional de Saúde. A crise que tinham estaria relacionada com as governações e bastava perguntar quem tinha estado no Governo durante os últimos 30 anos e a resposta seria mais que evidente. Naqueles últimos 30 anos quem mais tempo tinha estado no Governo tinha sido o Partido Socialista, pelo que questionou se aquela crise tinha caído do céu. Questionou ainda se não tinha havido décadas para tomarem medidas.

Disse que no discurso político havia uma coisa que estava a faltar naquela conversa, que o senhor Vereador Pedro Pina tinha referido, mas o senhor Vereador Fernando José não tinha dito uma única palavra em relação às pessoas. Mais do que muitos discursos valiam os exemplos, tiveram uma funcionária daquela câmara com um ataque cardíaco após o almoço, chamaram o INEM e levaram-na para o Hospital de Setúbal, no entanto, não pôde ser recebida porque as urgências estavam fechadas, tendo sido transferida para o Garcia de Orta, onde foi atendida às 21h00 e saíra às 05h00 do dia seguinte. Aquilo era um exemplo e todos os dias havia pessoas com aquele tipo de problema, razão pela qual questionara o senhor Vereador Fernando José, onde estavam as pessoas no seu discurso político. Aquela situação tinha de ser resolvida e não valeria a pena mandar para o Garcia de Orta, nem mandar para outros hospitais onde também acontece a mesma coisa, mas seria preciso assumir que havia uma crise profunda do Serviço Nacional de Saúde e que essa crise tinha responsáveis e que haveriam medidas que tinham de ser tomadas com toda a urgência.

Relativamente à empresa Águas do Sado, disse que tinha entregue aos senhores vereadores na última reunião um documento sobre a garantia bancária e a decisão do tribunal sobre a matéria, naquele dia tinha entregue um documento da CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que estaria relacionado com o facto de a Águas do Sado terem recusado entregar ao Município de Setúbal, o contrato que estabelecia os fins de gestão que permitiam mobilizar 1 milhão de euros anuais da Águas do Sado para os acionistas. A Câmara Municipal fez queixa à CADA e a mesma terá deliberado a favor do Município, tendo notificado a Águas do Sado para entregarem aquele contrato. Tratava-se de um contrato que desconheciam e não entendiam, o qual teriam direito a ler. Caso a Águas do Sado não entregasse o referido contrato a Câmara Municipal tomaria outras ações.

Disse que o Tribunal Arbitral que iria gerir o processo de encerramento das contas da concessão tinha sido finalmente constituído, em breve entregaria na reunião de câmara logo que estivesse elaborado o ato constitutivo do tribunal e talvez haveria um calendário de atuação ou de trabalho do mesmo tribunal. Tratava-se de coisas que estavam em curso, da qual se tinha comprometido apresentar regularmente a informação à câmara.

Sr. Vereador Paulo Calado – Relativamente ao tema da saúde disse que não recebiam lições de ninguém e muito menos de forças políticas que, acusando o PSD que tinha deixado o Governo há quase 8 anos e que suportaram os mandatos do Partido Socialista no Governo nos últimos anos, viessem dizer que havia um desinvestimento sem que tivessem responsabilidades. Tinha sido feito um apelo pelo senhor Vereador Fernando José que, obviamente, teria interesse no resultado desse apelo, que subscrevia em parte. Tratava-se de um tema demasiado sério, pelo que deveriam tentar obter as respostas para que o Centro Hospitalar de Setúbal pudesse ser um centro hospitalar de excelência e não aquilo que tinha sido nos últimos anos. Com o Partido Socialista no Governo e com outras forças de esquerda, como o Partido Comunista a suportá-lo naquelas políticas, na realidade teriam de tentar resolver os problemas e não andar a atirar “bolas de berlin” uns aos outros, porque isso não interessava às pessoas, o que interessava era os resultados. Se o que se verificava era um desinvestimento no Centro Hospitalar, no âmbito daquilo que tinha sido o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, feito pelo Governo que estava em funções nos últimos 7 anos. Aquela era a sua questão e que esperava que o senhor Presidente tentasse obter na reunião que iria ter sexta-feira e que os Vereadores do PSD também iriam tentar obter por outros meios.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Solicitou ao senhor Presidente o esclarecimento possível sobre a situação do Convento de São Francisco, quais tinham sido os últimos desenvolvimentos sobre uma possível reabilitação do Convento.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinham ficado a perceber, por questões cromáticas, que os recibos verdes no Hospital de São Bernardo não eram verdes, mas haveriam de ser de uma outra cor. Mudavam a cor em função do local. Pegando nas palavras do Vereador Carlos Rabaçal, o tom e a música tocava de forma diferente conforme as circunstâncias.

Disse que o Partido Socialista tinha vindo, naquela câmara por diferentes vezes, a acusar a Câmara Municipal de Setúbal de não se ter preparado para a aceitação de competências, nomeadamente no que dizia respeito à matéria de ação social. Tinha sido com clareza e transparência no que dizia respeito àquele processo e no quadro da Associação Nacional de Municípios, que uma vez mais viram o reconhecimento e a aceitação da prorrogação daquele prazo, cuja matéria não era liderada pelas autarquias da CDU, sendo que o porta-voz era insuspeito, tratava-se do Presidente da Câmara Municipal de Mafra e com a anuência de muitos eleitos do Partido Socialista, sendo a confirmação de que as autarquias e a autarquia de Setúbal tinha razão no que dizia respeito àquela matéria, que o Governo não acautelou. O próprio Governo tinha tido a capacidade, ao contrário do Partido Socialista em Setúbal, de reconhecer que ainda havia matéria não devidamente clarificada. Em nota, o próprio despacho que tinha saído referia que se iria reconstituir a Comissão de Acompanhamento,

considerando que não estavam ainda acauteladas todas as circunstâncias, face à complexidade do processo. Significava que tinham dois Partidos Socialista, o Partido Socialista que reconhecia as dificuldades do processo, sendo compreensivo, aceitava que as autarquias tivessem razão e que haveria matérias que ainda não estavam devidamente clarificadas para a transferência de competências em muitas das autarquias, depois tinham os Partidos Socialista local, como era o caso do Partido Socialista em Setúbal que tinha vindo a assacar responsabilidades àquela autarquia. A par daquilo seria bom ver o que tinha acontecido um pouco por todo o país e em muitas das câmaras do Partido Socialista, obviamente, pela dificuldade do processo e pela sua complexidade.

Disse que esperavam que o Partido Socialista na sua conferência de imprensa pudesse ter trazido alguma nota relacionada com os apoios do Estado e da Direção-Geral das Artes às estruturas da cultura em Setúbal. A Câmara Municipal tinha sido informada de um projeto do qual eram parceiros, com uma parte grande do financiamento a ser assumida pela Câmara Municipal, com grande satisfação receberam a nota que o Teatro Estúdio Fontenova tinha sido considerado na sua candidatura quadrienal, sendo que, mais de 50% para o valor total da candidatura era assumido pela Câmara Municipal. Importava referir que a tutela embora tivesse anunciado o maior orçamento de sempre para a área da cultura, conforme referira o senhor Ministro da Cultura, conseguira fazer um feito extraordinário, a meio do processo das candidaturas quadrienais e bianuais e de outras que tinham sido apresentadas no âmbito das estruturas de criação artística, alterara as regras do jogo, transferindo verbas que estavam destinadas para todas aquelas candidaturas, considerando todos os quadrienais. Era com lamento, preocupação e uma tomada de posição de grande estupefação que, no âmbito das diferentes entidades que se candidataram aos apoios da DGARTES, não tinham sido considerados o Teatro de Animação de Setúbal, que embora tivesse uma pontuação de 76,14, elegível para o apoio, ficasse de fora dos apoios, não tendo o apoio do Governo, sendo que o único apoio que iria ter seria o apoio da Câmara Municipal. A HTM Espelho Mágico, tantas vezes referida em reunião de câmara pelos senhores Vereadores do Partido Socialista candidatara-se para o Projeto da Infância e Bambolinices, não tinha sido apoiado pelo Governo do Partido Socialista. A Academia Cultural de Teatro e Artes de Setúbal não tinha sido apoiada pelo Governo do Partido Socialista.

Cruzamentos disciplinares tinha sido uma das áreas que era possível haver candidaturas, o Projeto Rota Clandestina com um conjunto de protagonistas insuspeitos que, durante o ano de 2021/2022, desenvolveram um conjunto de atividades no quadro das nossas estruturas com a nossa comunidade, com uma pontuação de 76,61, não tinha sido contemplado pelo apoio da DGARTES do Governo do Partido Socialista. O Teatro do Elefante, Programa de Apoio em Parceria à Arte, Envelhecimento Ativo não tinha sido apoiado pelo Governo do Partido Socialista, sendo mais uma estrutura de Setúbal. Na área da dança, a Associação Oridanza, também apoiada pela Câmara Municipal, tinha se candidatado aos apoios da DGARTES e não tinha sido apoiada.

Referiu que o senhor Vereador estava ali em nota de rodapé a dizer que não era o Governo do Partido Socialista, era o Governo de Portugal. Era o Governo personificado pelo Partido Socialista, mas mais, é a afirmação permanente que o senhor Vereador, em particular, naquela câmara, tantas vezes tinha vindo a assumir de uma forma tão permanente, os apoios à cultura da Câmara Municipal de Setúbal e quando era altura de o Governo do Partido Socialista assumir a sua responsabilidade com as entidades do concelho que o senhor defendia enquanto deputado do distrito era aquela a resposta que dava. Aquelas estruturas continuariam a ser apoiadas pela Câmara Municipal e não eram apoiadas pelo Governo do Partido Socialista. Esperavam que houvesse novidades sobre aquela situação e esperavam que todos se empenhassem junto da DGARTES, junto do senhor Ministro da Cultura, para que numa próxima quadra ou que num próximo trimestre lhes trouxessem boas novas.

Aquele era o panorama que, infelizmente, uma vez mais a cultura do Governo de Portugal da responsabilidade do Partido Socialista, em maioria absoluta, dava às estruturas de criação artística no nosso concelho. No que se referia ao Teatro de Animação de Setúbal e à Rota Clandestina já tinham sido tomadas posições públicas sobre aquela matéria. Disse que

estavam muito preocupados com a sobrevivência de algumas daquelas estruturas e lamentavam que, uma vez mais, o Ministério da Cultura não fosse capaz de apoiar as nossas estruturas.

Tinha sido uma semana cheia de *performances* na área digital e como estavam perto da altura do Natal teve para oferecer ao senhor Vereador Fernando José um “voucher”, na área do Adobe e da Informática relativamente à construção de gráficos. Certamente que tinha sido um lapso, o Partido Socialista colocara uma publicação relativamente recente, um quadro no qual referia: “Orçamento da Câmara Municipal, 30 de novembro: Para a CDU o autoelogio vale mais do que o apoio às famílias. Fundo de apoio social 250 mil euros, Boletim Municipal 272 mil euros”. O Partido Socialista pretendia confundir as famílias e os cidadãos setubalenses ao ter dito que a Câmara Municipal apoiava. Questionou se para o Partido Socialista, apoios na área da educação, nomeadamente no que dizia respeito aos alunos carenciados, se não seriam apoios sociais.

Questionou se quando falavam no apoio aos transportes, se não estaria relacionado com o apoio social às famílias.

Questionou se quando falavam no alargamento da gratuidade do transporte escolar, se também não contribuiria para o apoio social às famílias.

Questionou se quando falavam que as coletividades, as instituições, muitas delas abertas durante o dia e que prestavam também um serviço comunitário aos cidadãos nas suas atividades culturais e prestadoras duma componente social e com uma grande capacidade de responder às famílias mais vulneráveis para a prática do desporto, se não seria apoiar as famílias.

Questionou se quando faziam o apoio no que dizia respeito à matéria de 35 mil euros em 2023 no apoio social para aqueles escalões, se não era apoiar as famílias.

Questionou se o reforço de mais 100 mil euros para as escolas, se também não seria apoio social.

Tratava-se de uma forma de construir política do Partido Socialista e aquela matéria teria de ser desmascarada, porque os senhores gostavam de enganar as pessoas. Disse que tinha sido agendado para a próxima quarta-feira dia 14, uma reunião do Conselho Local de Ação Social, para discutir os apoios sociais. Como o senhor Vereador sabia e o Governo também sabia que a matéria ultrapassava os vários milhares de euros. No entanto, a forma de fazer política passava por enganar pessoas, invertendo a realidade.

Disse que não poderia deixar de trazer aquela informação no sentido de repor aquilo que seriam a verdade dos factos. A Câmara Municipal, cujo orçamento tinha sido aprovado na última reunião de câmara tivera o cuidado de ter uma preocupação social profunda em todas as suas dimensões, que cruzavam a área da cultura, do desporto, da educação, em matéria das empresas, era a forma de um olhar integrado e inclusivo para toda a sociedade setubalense e não a forma de adulterar a verdade, que era a forma como o Partido Socialista tinha feito política nos últimos tempos.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria que o senhor Vereador Pedro Pina que tinha feito uma intervenção bastante acalorada, sobre aquilo que era a forma como o Partido Socialista e a CDU interpretavam os números que constavam do orçamento municipal, pudesse esclarecer se 250 mil euros, que estavam orçamentados para o Fundo de Apoio Social seriam o valor inferior ou superior aos 278 mil euros que estavam orçamentados no orçamento municipal para 2023, para o Boletim Municipal. Não eram professores de Matemática, como o senhor Vereador Carlos Rabaçal em outras reuniões já tivera oportunidade de os recordar, mas ainda sabiam distinguir qual era o número maior e o número menor. De acordo com aquilo que eram as regras básicas da Matemática, 250 mil euros ainda era um valor inferior a 278 mil euros.

Disse que pretendia aproveitar a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, para voltar a colocar uma questão que tinha sido colocada na discussão do orçamento, mas não tinha sido respondida. Aprovaram uma proposta de reforço do apoio do passe Navegante Municipal em 10 euros, por cada passe vendido. Tinha sido firmado pelo executivo, que a expectativa de

venda de passe em 2023, seria de 50 mil passes. Tinham algumas dúvidas quanto à dimensão do número de passes a serem vendidos, achavam que não chegaria a metade daquele valor, mas assomavam que o valor que o executivo lhes tinha apresentado, a expectativa do executivo seria realista, porque tinha sido com base naquilo que era a expectativa que lhes tinha sido apresentada, que depois o orçamento era construído. Disse que gostariam que lhes explicassem como é que aprovavam um apoio extraordinário, que poderia atingir 500 mil euros, 10 euros por cada passe e nas Grandes Opções do Plano, no Orçamento Municipal de 2023, no que respeitava ao Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, tinham uma redução no valor que estava orçamentado, de mais de 2 milhões e 700 mil euros para 2 milhões e 61 mil euros. Aquilo que seria expectável, era que o valor da dotação ultrapassasse os 3 milhões de euros, aquilo que seria expectável, para além daquilo que já tinham assumido no ano anterior, tivessem um aumento de pelo menos 500 mil euros, correspondente ao apoio que os senhores apresentaram, ao qual votaram favoravelmente e com base no qual os senhores entenderam reverter uma decisão de redução dos impostos. Seria relevante que o senhor Vereador Pedro Pina, que quis fazer um número, mostrando um gráfico que agradeciam, porque entendiam que a comunicação do Partido Socialista tinha sido feita com muita qualidade e reconheciam na intervenção e das palavras do senhor Vereador Pedro Pina, o reconhecimento dessa mesma qualidade. Questionou o senhor Vereador Pedro Pina, quando falavam do aumento dos apoios nos transportes públicos, se não deveriam orçamentar um valor superior ao do ano anterior, quando falavam de 250 mil euros de apoio através do Fundo de Apoio Municipal, não falavam de um valor que era inferior ao valor que estava orçamentado para o Boletim Municipal e que ultrapassava os 278 mil euros.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador Pedro Pina tinha apresentado outros temas e terá referido o seu nome cerca de 5 a 6 vezes. Na realidade, o Governo era efetivamente um governo de Portugal, suportado pelo Partido Socialista e já não era suportado pelo Partido Comunista, pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, porque os senhores quiseram criar uma crise política que resultou em eleições antecipadas e numa maioria absoluta, que pela forma como se referira àquela maioria absoluta, percebia que ainda não lhe tinha caído bem, seria algo que o senhor Vereador Pedro Pina teria que resolver. Na verdade, os portugueses deram uma maioria absoluta ao Partido Socialista para governar e era isso que estaria a fazer, no sentido de resolver os problemas dos portugueses.

Quanto à questão que levantou, de existir um Partido Socialista em Setúbal e um Partido Socialista a nível nacional, era caso para dizer que existia um Partido Comunista em Setúbal que defendia o estacionamento tarifado e o alargamento do estacionamento tarifado com um crescimento de 500% de lugares pagos, com um contrato de concessão por 40 anos e depois existia outro Partido Comunista em vários concelhos do país, onde criticavam de forma veemente o estacionamento tarifado. Tinha dezenas de exemplos de comunicados do Partido Comunista a criticar o estacionamento tarifado. O mesmo Partido Comunista que criticava a precariedade, mas depois aplicava-a, o mesmo Partido Comunista que defendia a negociação coletiva e depois quando tinha a possibilidade de dar um passo para resolver um problema que era do conhecimento de todos, não dava o passo no sentido de iniciar a negociação com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Tiveram conhecimento de algo que os preocupava, a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina vinha alertar, mas em nada resolvia e em nada contribuía para a solução do problema, que estaria relacionado com as candidaturas à DGARTES, já no ano transato existiram problemas naquelas candidaturas e tinha sido com intervenção dos deputados do Partido Socialista que algumas situações se resolveram. As questões tinham de ser colocadas pelos deputados na Assembleia da República, pelos deputados do Partido Socialista, pelos deputados do Partido Comunista, pelos deputados do Partido Social Democrata e por quem se interessava por aquele tipo de matérias. As questões eram colocadas, levadas ao Ministro da Cultura no sentido de ser atendido um alargamento das verbas. O que estava em causa era um concurso e sobre o concurso ninguém poderia fazer nada, as candidaturas tinham

sido analisadas, estando naquele momento presentes pela falta de verbas, para chegar às candidaturas, nomeadamente à candidatura do Teatro Animação de Setúbal. Sobre aquele assunto iriam tomar uma posição, porque estavam perante o maior orçamento de sempre para a cultura e tinham de ter em atenção aquelas estruturas que o senhor Vereador referira, mas seria através da intervenção direta que se conseguiriam resolver e não com a intervenção que o senhor vereador Pedro Pina tinha feito.

Quanto à questão do processo de transferências, pensava que o senhor Vereador Pedro Pina viesse informar qual tinha sido o acréscimo do valor que a Câmara Municipal de Setúbal iria receber relativamente à ação social, aquela seria uma boa notícia que lhes iria dar. Trava-se de um processo dinâmico que o Governo tinha vindo a acompanhar, era um processo que outras câmaras já tinham aceite, que a Câmara Municipal de Setúbal, tal como em outros processos, não se tinha preparado. Aquele adiamento até dia 3 de abril, significava que *“poderiam fugir a vida toda, mas não vão conseguir fugir toda a vida”* que se tratava de um processo que seria irreversível. Questionou se a Câmara Municipal de Setúbal não iria aceitar aquela transferência de competências com acréscimo de verba. O senhor Vereador Pedro Pina não tinha confirmado na reunião de câmara, mas poderia confirmar qual era o acréscimo de verbas relativamente àquele processo de transferência, porque tinha sido uma crítica que o senhor Vereador tinha feito em reuniões passadas, mas parece que havia uma novidade que o senhor Vereador não tinha pretendido dar

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Partido Socialista e o senhor Vereador Fernando José estariam a derrapar verdadeiramente na *“maionese”*. Não queria acreditar naquilo que o senhor Vereador tinha dito, mas estava gravado. O senhor Vereador tinha acabado de dizer que a intervenção dos deputados poderia influenciar a alteração dos resultados da DGARTES.

Disse que esperava que o senhor Vereador Fernando José se tivesse pronunciado sobre todas as outras entidades que não tinham sido consideradas e que tivesse a capacidade de assumir que as mesmas não tivessem sido contempladas. O senhor Vereador Fernando José terá dito uma coisa que lhe parecia grave, de que tinha sido pela intervenção dos deputados e que a intervenção dos deputados poderia influenciar.

A propósito da informação que apresentara na reunião, sobre as entidades de Setúbal, com candidaturas aos programas da DGARTES que não tinham sido consideradas, o senhor Vereador Fernando José afirmara que a intervenção do executivo não resolvera em nada, como se fosse a Câmara que tivesse a responsabilidade de interferir para a solução de uma candidatura à DGARTES. Tinha tido o cuidado de dizer que, para qualquer uma das candidaturas na sua instrução havia uma percentagem do valor que era assumida pela autarquia de Setúbal, que se aplicou a todas as candidaturas, cartas de conforto e apoio financeiro. O facto daquelas candidaturas terem sido rejeitadas tinham apenas uma responsabilidade, a ausência de financiamento. No caso daquelas duas candidaturas, a pontuação permitia a elegibilidade dos respetivos financiamentos e não tinham sido apoiadas por determinação dos critérios do Governo, porque os alterou no meio do processo. O senhor Vereador Fernando José terá dito que no passado, tinha sido a intervenção na Assembleia da República dos deputados, sendo que também o senhor Vereador no passado tinha feito uma intervenção na Assembleia da República, que tinham alterado tudo aquilo. Aquilo era gravíssimo! Teria de fornecer ao senhor Vereador Fernando José o contacto da Maria do Céu Guerra na Barraca, ou o contacto do Marco Martins a pedir que faça uma intervenção a favor, ou a Seiva Trupe no Porto. Sobre aquela matéria a gravidade de os apoios e as entidades a nível nacional, o senhor Vereador deveria assumir de uma vez por todas que, também naquele processo tinha havido falhas da parte do Governo, que não tinha sido capaz de corresponder àquilo que eram as expectativas daquelas entidades. Lamentava que pela primeira vez o Bambolinices, que era apoiado em exclusividade pela Câmara Municipal, o senhor Vereador poderia dizer que seria muito, poderia dizer o que quisesse, no entanto, o Bambolinices era apoiado em exclusividade por esta Câmara Municipal do ponto de vista financeiro e tinha feito uma candidatura suportada também numa declaração da Câmara

Municipal, para apoiar e instruir, tal como tinha feito a Oridanza, o Teatro O Elefante, mas que não foram aprovados. Não foram aprovados pela DGARTES, através de um concurso. Quem não tinha respondido à questão dos apoios e quem adulterava tinha sido o senhor Vereador Joel Marques que não tinha sido capaz de responder, se para o Partido Socialista, independentemente da designação de “Apoio do Fundo Social”, se o apoio aos alunos carenciados, o apoiou às escolas, o apoio às famílias, se não seria apoio social. Os senhores tentavam convencer a população de que a Câmara tinha mais dinheiro investido para comunicar do que para apoiar socialmente, no entanto, aquilo que referiria na sua intervenção era que a Câmara Municipal apoiava em milhares de euros as famílias de Setúbal das mais diferentes formas e aquilo que os senhores pretenderam terá sido a manipulação daquela informação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era grave aquilo que tinha sido dito pelo senhor Vereador Pedro Pina, porque não tinha sido nada daquilo que tinha dito. Terá dito de forma muito clara, que o concurso definia regras e sobre o concurso o TAS e outras estruturas eram elegíveis, mas por falta de verba acabavam por ficar de fora, não havia nenhum condicionamento do concurso, o concurso era o que era.

Intervenção inaudível

Sr. Vereador Fernando José – Disse que existiam regras, o concurso definira a classificação, acontecera que a Companhia de Teatro Animação de Setúbal acabara de ficar de fora por falta de verba. No passado por intervenção dos deputados do Partido Socialista, nomeadamente por intervenções feitas no âmbito da Assembleia da República, na discussão da especialidade do Orçamento de Estado, foi alertada a então Ministra da Cultura, para a necessidade daquelas estruturas que tinham ficado classificadas e que se existisse verba a poderiam receber, que a mesma fosse acautelada. Com a intervenção feita por parte dos deputados, as respetivas entidades elegíveis acabaram por lhes ser atribuída verba. Não tinha havido qualquer adulteração do resultado nem poderia existir, aquilo que acontecera terá sido um alargamento da verba disponível para apoiar as referidas companhias. Foram apoiadas companhias de Setúbal por intervenção de deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo eleitoral, como tinham sido noutras partes do país. Também foram feitas intervenções naquele sentido de deputado do Partido Comunista Português. Aquele tipo de intervenções e aquele tipo de pressões eram perfeitamente legítimas e era para isso que eram eleitos. Não tinha havido qualquer alteração, à lista do concurso, aquilo que acabara por acontecer terá sido um alargamento da verba inicialmente prevista e um aumento da mesma verba. O que estava em causa, e com preocupação do Partido Socialista, o Teatro de Animação de Setúbal acabava por ser classificado de forma que se existisse verba acabaria por receber.

Sr. Vereador Pedro Pina – Questionou o senhor vereador Fernando José, a razão pela qual não tinha existido verba.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que os vereadores do Partido Socialista e enquanto deputado na Assembleia da República iria acompanhar aquele problema, como já o tinha feito no passado e sem as intervenções acaloradas que o senhor Vereador fazia e que não contribuíam para a resolução de qualquer tipo de problema, iria tentar ver as possibilidades de resolver. Se fosse necessário declarava que o TAS era uma mais-valia em Setúbal. As outras situações que o senhor vereador Pedro Pina levantou eram preocupantes, mas de entre todas essas, aquela que mais os preocupava era a situação do Teatro de Animação de Setúbal. Iriam acompanhar aquele processo e iriam ver se seria possível fazer alguma coisa no sentido de existir uma alteração, que certamente iria beneficiar não só o Teatro Animação de Setúbal, como muitas outras companhias pelo país fora, que acabaram por ser excluídas do apoio, apesar de terem sido elegíveis.

Sr. Vereador Pedro Pina – Solicitou para que na próxima reunião de câmara fossem reproduzidas aquilo que tinham sido as afirmações. Disse ser lamentável que tivesse de ser aquele o procedimento, que havendo entidades com pontuação para serem elegíveis não fossem contempladas e fosse necessário aquele tipo de “*modus operandi*”, como já tinha existido no passado, para que fossem consideradas. Tratava-se de dezenas de entidades no país inteiro que não tinham sido consideradas, com valores elegíveis. Era daquilo que estavam a falar e aquilo que o senhor Vereador Fernando José tinha dito terá sido exatamente aquilo que havia dito na sua intervenção, “*A intervenção à posteriori que influenciou essa possibilidade*”. Tendo considerado lamentável, quando se tratava da cultura do país.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que os dados objetivos ajudavam a perceber as coisas. Quando se falava de apoios sociais, lembrou que aprovaram um tarifário da água em Setúbal que reduzia a tarifa da água em média 20%. Equivalendo a uma injeção no bolso das famílias de quase 3 milhões de euros. A introdução da tarifa social iria abranger 8 mil famílias, equivalia que 12% das famílias do nosso Município iria ter na tarifa social, uma redução de 56% no valor de água no 1.º escalão e 57% no 2.º escalão. Se tivessem em conta que a trajetória tarifária da Águas do Sado corresponderia, no ano 2023, a um aumento de 10%, estariam a falar de uma redução geral no nosso concelho de cerca de 30% em relação à expectativa e em relação à tarifa social de 66%.

Disse que era muito importante falar com dados objetivos e para quem abordara a ideia de que haveria um investimento absolutamente irrisório na resposta social, bastaria juntar às questões que o senhor Vereador Pedro Pina já tinha falado, eram dados muito objetivos e muito esclarecedores.

Disse que tinham no discurso político do Partido Socialista, ao longo dos tempos e naquela reunião em particular, de que havia bons e maus recibos verdes, sendo os maus da câmara e os bons eram os outros, uns eram verdadeiros os outros eram falsos, era uma falsidade daquele discurso. Havendo a falta de verba para o apoio cultural, do Governo era boa verba e a falta de verba dos outros era má, a falta de verba do Governo desculpava-se, a falta verba dos outros atacava-se. As incoerências tinham de ser denunciadas na hora certa, de uma forma clara, para que as pessoas não fossem ludibriadas pelo discurso político daquela maneira.

Disse que o Governo de Portugal, infelizmente do Partido Socialista, quando era necessário era Governo do PS, quando era necessário era Governo de Portugal. Num artigo recente que considerou demagógico e que mentia, tinha sido afirmado que a construção de habitação em Setúbal e a reabilitação resultava de opções políticas corretas do Partido Socialista. Aquelas políticas eram do Município de Setúbal, nem sequer eram da CDU, a CDU tinha sido promotora, mas elas tinham sido transformadas em políticas do Município, nunca foram nem seriam políticas do Partido Socialista, foi a CDU que as implementou, que as propôs e apresentou em reunião de Câmara. O Partido Socialista de uma forma absolutamente inenarrável, apropriara-se do trabalho imenso dos trabalhadores da Câmara que construíram as soluções para que as mesmas fossem apreciadas em reunião de Câmara. Afirmando que as opções políticas que tinham sido da CDU, tinham sido opções políticas do Partido Socialista. Ligando o Partido Socialista local, que não teriam nada que ver com aquelas opções, mas dizendo que seriam opções do Governo Socialista, que só o eram ali aplicadas, porque se eles se movimentaram e decidiram fazê-las. Era importante que as coisas fossem clarificadas, porque as pessoas acabavam por ler e ouvir e podiam-se baralhar.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que haveria uma conta que seria fácil de fazer, não era preciso haver professores de Matemática, o número de casas que a CDU tinha feito ao longo dos seus 20 anos de mandato, era fácil e não precisaria de nenhum dedo. Habitação feita pela CDU tinha sido zero. A sua intervenção não iria naquele sentido, mas como o senhor Vereador Carlos Rabaçal pretendeu falar sobre números e números certos, era importante deixar aquela informação.

Informou o senhor Vereador Pedro Pina que os Vereadores do Partido Socialista não estavam desorientados, nem precisava de oferecer bússolas no Natal. Quem estaria desorientado seriam os setubalenses todos os dias quando saíam de casa, porque tinham de procurar local para estacionar o carro, não o tinham onde estacionar de forma gratuita, ou saíam uma hora mais cedo, perdendo qualidade de vida, que tanto era falada pelo senhor Presidente nas reuniões de Câmara ou saindo a horas decentes iria gastar dinheiro, porque iria ter de pagar estacionamento. Sobre aquela situação nunca viram solidariedade da parte do senhor Presidente, nem do senhor Vereador Pedro Pina, mas tinham fé que até ao final do mandato viesse existir solidariedade para com os setubalenses naquela área.

Disse que tinha ficado preocupado com uma intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, porque tinha ficado com a sensação de que a forma como o senhor Vereador Pedro Pina interpretava os apoios do Município de Setúbal ao movimento associativo, na área da cultura, era quase como um favor, parecia que a responsabilidade era só do Governo de Portugal e a Autarquia caso não viesse dinheiro do Estado dava qualquer coisa ao movimento associativo para que pudesse desenvolver as atividades. Não era a forma como verificavam a política concelhia, achavam que aqueles atores eram parte importante do movimento associativo, do desenvolvimento social do concelho, devendo ser apoiados de forma estratégica, para poderem desenvolver as suas atividades sem terem de contar os seus cêntimos, independentemente de poderem estar todos de acordo que os apoios vindos do Estado seriam importantes. Mais à frente iriam ter a oportunidade de ver a bondade e a generosidade do senhor Vereador Pedro Pina, porque iriam ter uma proposta importante e que iriam aprovar certamente.

Lançava um desafio ao senhor Vereador Pedro Pina, tendo em conta a época natalícia e a sua enorme generosidade, de convencer o Presidente do Município de Setúbal, a reverter a decisão de gastar mais 270 mil euros em boletins, quando os poderia fazer de forma digital e praticamente a custo zero. Estariam convencidos que sairia dali uma proposta da CDU para transformar os mais de 270 mil euros em apoio às companhias de teatro de Setúbal e ficavam a aguardar até ao final da reunião se tinham a coragem para o fazer publicamente.

Sr. Presidente – Disse que seria importante que todos pudessem expressar as suas opiniões, que pudessem levantar todas as questões, sendo que cada um fá-lo-ia à sua maneira, sendo questões que preocupavam as populações do nosso concelho.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado, que não tinha aprofundado muito as questões relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal, porque todos os senhores vereadores tinham conhecimento daquilo que tinha feito com a envolvente dos vereadores da CDU na Câmara Municipal, relativamente àquele processo. Tratava-se de um processo longo, pelo que não iria debruçar-se muito sobre outras questões, mas seria importante compreender que o senhor Vereador Fernando José já os tinha habituado a defender e ser um centro de promoção e divulgação do Governo do Partido Socialista. Terá feito até um artigo de opinião num determinado jornal, no qual referia que todos aqueles investimentos tinham a marca do Partido Socialista. Por causa disso, era muito importante que a comunicação que tinham obrigação de fazer chegar às populações do concelho, para que as meias-verdades não fossem as marcas que ficassem, era importante que ficasse a verdade por inteiro e que as pessoas pudessem avaliar daquelas informações que eram comunicadas. Por essa razão, a comunicação era muito importante e continuavam a considerar que o investimento na comunicação, no chegar a informação às pessoas era uma forma de fazer com que as pessoas estivessem mais ativas e participativas na vida coletiva. Haveria quem dissesse que bastaria fazer o boletim com os meios informáticos e estaria o assunto resolvido.

Disse que haveria pessoas que não tinham a noção da realidade em que vivem não é, porque não percebem que há muita gente milhares e milhares de cidadãos de Setúbal e de famílias que não tinham acesso a redes sociais e que, portanto, era necessário que chegasse a informação ainda pelos meios tradicionais, mas, pronto, isto é a realidade que temos naturalmente que cada um tem as suas opiniões, nós temos esta responsabilidade de olharmos para o todo e de avaliarmos o povo na sua verdadeira dimensão. Aquela era a

missão que tinham e esperava que estivessem a cumpri-la, sempre com todo o rigor que estivesse à disposição.

Relativamente à questão do Hospital de Setúbal e do Centro Hospitalar, sabia-se que a situação tinha sido tão dramática que os diretores de serviços do Centro Hospitalar de Setúbal pediram uma reunião quando era Presidente da Assembleia Municipal e a reunião tinha sido feita, acompanhara todos os problemas de uma situação dramática. Como todos estariam lembrados, a primeira proposta vinda do Governo passava pela ampliação do hospital que serviria para as urgências, mas serviria também para acomodar os serviços do Hospital do Outão. Terá ficado demonstrado por iniciativa dos diretores de serviço e também pela iniciativa da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de que seria um passo errado do Governo, sendo que o Governo recuara, por essa razão, o Hospital do Outão continuava a prestar serviço. Disse que estavam preocupados, porque o Hospital do Outão prestava serviço com meios que já não estavam ao nível da capacidade e da especialidade que tinham os profissionais que lá trabalhavam. Seria necessário que o Hospital do Outão fosse também olhado pelo Governo no sentido de que as novas tecnologias que pudessem ser instaladas e utilizadas por aqueles profissionais, para que aquele hospital pudesse continuar a dar um serviço de excelência aos setubalenses e à população que vinha ao Hospital do Outão, uma vez que se tratava de um hospital de referência na especialidade.

O senhor Vereador Fernando José quando falava do Governo estava a falar da promoção, de encobrir um pouco toda aquela realidade, referindo caso as pessoas não fossem atendidas no Hospital de Setúbal poderiam ser atendidas no Hospital do Barreiro ou no Hospital de Almada, como todos sabiam os dois hospitais encontravam-se em condicionamento, em situação extrema, não era só na península de Setúbal mas, também, na Área Metropolitana de Lisboa, o próprio Hospital de Santa Maria estava numa situação de rutura e não tinha sido por acaso que os diretores de serviço também tinham apresentado demissão.

O senhor Vereador fazia o seu papel, no entanto, tinham de tornar clara e dar uma outra versão dos factos, precisamente aquele que as pessoas sentiam no dia a dia quando se deslocavam ao Hospital de Setúbal e aos outros da Península de Setúbal.

Esperava sinceramente que a informação apresentada pelo senhor Vereador Fernando José sobre o início das obras fosse de verdade, que as mesmas se iniciassem e que houvesse qualidade de serviço para um melhor funcionamento e melhores condições de prestação do serviço dos profissionais do hospital assim como melhorar as condições de atendimento aos seus utentes.

Disse que o Governo tinha mudado a senhora Ministra, mas os problemas mantiveram-se. O Governo poderia ter mudado a Ministra, mas os problemas poderiam ter sido equacionados e resolvidos, mas, ainda naquele dia, o Ministro tinha feito declarações, que o senhor Vereador e Deputado da Assembleia da República lhes tinha transmitido, referindo que os hospitais vizinhos poderiam resolver os problemas do Hospital de Setúbal e como sabiam aquilo não era verdade. O senhor Vereador bebera daquilo que o senhor Ministro tinha dito e trouxera-lhes aquela informação.

A sua preocupação era cada vez maior, em contacto com os senhores presidentes das câmaras municipais de Palmela e de Sesimbra, cujo Hospital de São Bernardo servia aquelas populações, em face da gravidade da situação e da tendência para se agravar, pediram uma audiência ao senhor Ministro. Lembrou os senhores Vereadores que a senhora Ministra de então, independentemente da sua boa vontade, o senhor Ministro das Finanças não lhe dava os meios para que ela pusesse em prática aquilo que anunciava que iria fazer e, nesse sentido, pediram uma reunião ao senhor Primeiro-Ministro que até à presente data ainda não tinha permitido fazer a reunião para lhe explicar a situação. Mudaram de Ministro, mas parecia que o atual Ministro falava muito sobre todo aquele processo, no entanto, a situação agravara-se e essa seria a sua preocupação.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado que também pediram uma reunião ao novo conselho de administração, após a reunião dos Fóruns da Saúde promovidas pela Câmara Municipal de Setúbal, pela Câmara Municipal de Palmela e pela Câmara Municipal de Sesimbra, em que participavam para além dos presidentes das câmaras, também os

vereadores da área da saúde, os senhores presidentes das juntas de freguesia daqueles municípios e os profissionais da saúde, os médicos, enfermeiros e outros técnicos da área da saúde que participaram no referido Fórum, cuja situação ficara devidamente clarificada. Apenas se tinha referido à situação dos médicos, porque era a mais preocupante no momento, mas os outros problemas mantinham-se. Ouviram o Governo anunciar que iriam sair mais médicos, e isso era do conhecimento de que os médicos saíam da Universidade, mas tinha sido anunciado em junho, pelo senhor Vereador Fernando José e também pelo Governo que o Hospital de Setúbal iria ter cerca de 50 novos profissionais e no final da formação tinha ficado apenas 1 médico. Aquela era a situação que o Governo não tinha querido enfrentar e, por essa razão, estavam preocupados cada vez mais com a situação degradante do Serviço Nacional de Saúde, sendo que os profissionais da saúde eram formados no serviço público, mas quando tiravam a sua especialidade iam para o privado, porque não tinham boas condições de trabalho, nem boas condições de remuneração a que tinham direito os especialistas e, por essa razão, o Serviço Nacional de Saúde estava num processo de degradação. Era aquela a sua preocupação, era aquilo que verificavam no terreno, independentemente daquilo que o senhor Vereador Fernando José viesse dizer sobre o Partido Socialista, era um direito que lhes assistia, manifestar a respetiva opinião. Certamente que as populações fariam a avaliação sobre a situação.

Disse que estava marcada uma reunião para sexta-feira com o conselho de administração do hospital, no sentido de se fazer uma avaliação da situação e esperavam que o senhor novo Ministro da Saúde pudesse receber os presidentes de câmara que tinham a preocupação das populações do território da Arrábida, que envolvia Setúbal, Sesimbra e Palmela.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado, relativamente à questão da prestação dos serviços da Alsa Todi, disse que, ainda, havia falhas, uma situação que tinham vindo a afirmar e nunca deixaram de o afirmar, continuavam a afirmar que embora a situação tivesse vindo a melhorar, continuava a haver falhas. O mesmo era transmitido à TML, de quem tinha os contratos e que deveria exercer as suas responsabilidades em fazer cumprir os contratos que tinha com Alsa Todi. Provavelmente Setúbal era dos cinco municípios envolvidos pela gestão daquela empresa, que estaria a ser mais penalizada, em que os problemas se centravam mais porque havia maior concentração populacional e haveria mais necessidade de mobilidade dentro e fora do próprio concelho, como seria o caso de Lisboa. Todas as semanas tinham reuniões com a Alsa Todi e continuavam a fazer pressão, no sentido de que a situação viesse a ser resolvida. Face à pressão na referida empresa a mesma terá procurado medidas, de forma que os pouco trabalhadores fizessem mais horas de trabalho, que não tivessem férias durante vários meses. Tinha sido anunciada uma greve por parte desses trabalhadores, mas depois negociaram e a empresa comprometera-se em compensar os trabalhadores com os dias de férias, com os direitos que os trabalhadores tinham. Existiam algumas situações que, ainda, não estavam resolvidas, enquanto não tiver sido resolvido o problema de um leque significativo de trabalhadores, que tinham sido obrigados a trabalhar muito mais horas do que deviam e que não tiveram férias, pelo que estavam num período de descompressão e, certamente, dentro de pouco tempo a situação ficaria estabilizada. Sempre acreditaram que isso iria acontecer, infelizmente, tinha levado muitos meses, sendo necessário tomar medidas drásticas, até tinham sido criticados pelas medidas que tomaram, mas não estavam arrependidos de o terem feito, porque elas tinham surtido o seu efeito.

Informou o senhor Vereador Joel Marques que não se podia comparar a verba que estava no orçamento para a Área Metropolitana, com aquilo que tinha sido uma medida social que a Câmara Municipal tomou relativamente aos passes municipais, eram situações diferentes e como tal não teriam de estar vertidas na mesma rubrica, como o senhor Vereador Joel Marques quis fazer crer.

Relativamente à questão que o senhor Vereador Fernando José colocou sobre o sindicato dos bombeiros, que tinha voltado a apresentar um pré-aviso de greve por mais um mês, as organizações representativas dos trabalhadores tinham todos os direitos que lhes estavam consagrados na lei e do atual executivo da Câmara Municipal de Setúbal, nunca isso seria colocado em causa. Poderia garantir que a Câmara Municipal, nos termos da lei, defenderia o

direito da Câmara Municipal, que era o direito das populações. Ao contrário do que acontecera nos hospitais, com a demissão dos diretores de serviço e dos principais responsáveis dos serviços, pondo em causa o funcionamento dos serviços, demitiam-se, mas ficavam a funcionar, uma vez que se tratava de serviço público. Apesar das greves que estavam a decorrer com os Bombeiros Sapadores, os serviços de proteção e socorro estavam a ser garantidos no concelho de Setúbal, porque existia um comando e o executivo municipal estava atento àquela situação. O problema estava controlado, os direitos dos trabalhadores e das organizações representativas estavam consagrados na lei e, portanto, pelo que não punham em causa os direitos, a Câmara Municipal haveria de continuar a defender os interesses da Câmara Municipal e da população.

Relativamente à questão do diálogo, que o senhor Vereador à falta de melhor, continuava a dizer que o que o Presidente da Câmara não dialogava, quem tinha abandonado as negociações tinha sido o próprio sindicato. Os serviços da Câmara Municipal estavam sempre disponíveis, a porta estava aberta, seria só uma questão de os sindicatos quererem reatar o diálogo e da negociação. Existia uma questão determinante naquele processo, não estava em causa as questões da proteção e socorro das populações do concelho, existia um comando que continuava a ter as suas iniciativas e o seu controlo sobre toda aquela situação.

Disse que existiam situações que, por muito que lhes custasse não as poderiam deixar passar em branco, que era sobre a transferência de competências da ação social para os municípios. Disse que nunca se iria esquecer que os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a prorrogação do prazo da descentralização de competências na área da ação social, quando o Governo já tinha reconhecido que os municípios se assim o quisessem podiam prorrogar o prazo da aceitação das competências para os municípios até ao início de janeiro de 2023. Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra aquela proposta que o executivo CDU apresentara e verificou-se que, por pressão da Associação Nacional de Municípios, sendo que os municípios do Partido Socialista e até do PSD eram em maioria, o Governo decidiu prorrogar a transferência de competências na ação social, para abril de 2023. Aquilo era a demonstração de que o Governo do Partido Socialista reconheceu que todo o processo de transferência de competências para os municípios não estava em condições, para que os municípios não sejam penalizados, mas os vereadores do Partido Socialista continuavam a dizer que a Câmara Municipal de Setúbal já devia ter assumido aquela responsabilidade.

Enquanto os Governos, designadamente do Partido Socialista, tiveram a responsabilidade da educação, no início do ano escolar havia escolas que não abriam e tinha sido uma grande confusão a abertura do ano letivo. Por força da lei, em 2022, os municípios aceitaram as competências das escolas até ao secundário. Alguém seria capaz de lhe dizer que tivesse havido alguma escola que não tivesse aberto por falta de auxiliares de ação educativa. Algumas escolas não funcionaram bem, por falta de professores.

Questionou de quem era a responsabilidade da colocação de professores. Tinha sido do Governo.

Informou o senhor Vereador José Manuel Pereira, sobre a questão que tinha colocado disse que não tinha resposta para lhe dar, uma vez que não estava informado sobre o Convento de São Francisco, no entanto, ficava o registo.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Leu a seguinte saudação, "*Unidade integrada de Insuficiência Cardíaca do Centro Hospitalar de Setúbal*", conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 18.

“Saudação

Unidade integrada de Insuficiência Cardíaca do Centro Hospitalar de Setúbal recebe 1.º Prémio de Integração de Cuidados

A Unidade integrada de Insuficiência Cardíaca (UNIICA), do Centro Hospitalar de Setúbal (CHS), foi a grande vencedora da 1.ª edição do Integrated Care Award, entregue durante o II Encontro Nacional de Integração de Cuidados, que se realizou em Aveiro.

Criada em 2018, e coordenada pela cardiologista Sara Gonçalves desde o primeiro instante, esta unidade é constituída por uma "equipa partilhada e multidisciplinar" dos Serviços de Cardiologia e de Medicina Interna do CHS, em colaboração com os cuidados de saúde primários. O núcleo hospitalar integra ainda as especialidades de Pneumologia, Nefrologia, Psiquiatria, Cuidados Paliativos e as áreas de Nutrição e Psicologia.

Segundo Sara Gonçalves o objetivo da equipa é "prevenir as admissões hospitalares e melhorar a sobrevida dos doentes com Insuficiência Cardíaca, mediante a deteção precoce dos sintomas para prevenir as hospitalizações, com conseqüente redução de custos".

Ao fim de 4 anos de existência desta equipa os resultados são positivos: em 2022 encontram-se em seguimento nesta unidade 823 doentes, tendo sido efetuadas até outubro de 2022, 2725 consultas médicas e 3862 episódios de hospital de dia.

Desde 2019 até 30 de outubro de 2022, foram realizadas 4219 consultas telefónicas estruturadas, distribuídas através de atendimentos programados e não programados. No que diz respeito às sessões de Hospital de Dia, 345 corresponderam a episódios de descompensação, geridos em ambiente de hospital de dia e que não necessitaram de internamento/ida ao Serviço de Urgência (internamento evitável).

A telemonitorização teve também resultados positivos, sendo que, foram abrangidas 40 pessoas com IC e "neste momento, estão 20 doentes em seguimento diário, prevendo-se um aumento em 2023 para 25 doentes". Entre 2019 e 2021, o CHS indica que se verificaram 41 episódios de alerta clínicos confirmados, sendo que "83% foram resolvidos sem necessidade de ida ao serviço de urgência ou internamento".

A taxa de mortalidade dos doentes acompanhados pela UNIICA em 2019 foi de 9,9% e de 4,4% em 2020, uma redução substancial de 62,8%.

Face ao exposto, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista reunidos em reunião de câmara a 7 de dezembro de 2022, saúdam e felicitam o Centro Hospitalar de Setúbal e a Unidade integrada de Insuficiência Cardíaca:

Pela atribuição do prémio, que reconhece todo o trabalho desenvolvido por esta equipa que tem permitido uma resposta imediata, estruturada e focada na capacitação dos doentes com insuficiência cardíaca;

Pela melhoria de todos os indicadores de resultado, nomeadamente, mortalidade, hospitalização e cumprimento terapêutico, que representam a melhoria do bem-estar e qualidade de vida de todos aqueles e aquelas que vivem com insuficiência cardíaca."

Sr. Vereador Nuno Cruz – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 19 a 29

“Saudação

Aniversário do Vitória Futebol Clube

Fundado em 1910, o Vitória Futebol Clube celebrou mais um ano de existência no passado dia 20 de novembro.

São 112 anos do maior emblema da cidade e da região, e um dos maiores de Portugal.

Feito de um passado cheio de História, rica em vitórias e muitas conquistas, que enchem de orgulho as suas gentes.

O Vitória Futebol Clube é também um clube eclético desde a sua fundação, um clube de modalidades tão distintas como: aikido; andebol; atletismo; ginástica; futebol; futsal; judo; karaté; kickboxing, taekwondo e ténis de mesa. Nesse ecletismo reside parte significativa do

sucesso deste Clube, que movimenta milhares de crianças, jovens e adultos na prática desportiva de formação e competição.

O Vitória Futebol Clube tem, na sua massa associativa, adeptos fiéis, que não negam o seu apoio nas horas difíceis, é feito de gente que cresceu e aprendeu a ser Vitória.

Tem sido ao longo de mais de 100 anos um importante ator para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, bem como para a formação de atletas que deixaram e continuam a deixar a sua marca a nível nacional e internacional.

Neste sentido, e reconhecendo o importante papel do Vitória Futebol Clube para o desenvolvimento e enaltecimento do concelho e da região, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Associação Desportiva de Aikido de Setúbal**

A modalidade de Aikido é praticada em Portugal desde a segunda metade do século XX, tendo vindo durante as últimas décadas a ser difundida por todo o país. Em Setúbal, praticada desde 1975, tem sido promovida por diversas entidades, incluindo a Associação Desportiva de Aikido de Setúbal.

Fundada em 1998, a A.D.A.S. celebrou o seu 24º aniversário no passado dia 23 de novembro. Tem sido promotora da prática da modalidade de Aikido, arte marcial com base em exercícios de autodefesa, na busca por harmonia, autocontrole, introspeção e paz interior. A sua atividade, possível devido à ajuda voluntária de inúmeras pessoas, sócios, praticantes, órgãos sociais e mecenas, tem uma forte componente formativa, o que faz da A.D.A.S. um importante agente para o desenvolvimento da modalidade, como também para a promoção dos valores associados à sua prática, com o objetivo de promover o Aikido e melhorar a sociedade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Desportiva de Aikido de Setúbal pelo seu aniversário, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento desportivo, social e cultural do concelho de Setúbal e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras**

A APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras iniciou a sua atividade em 1985, com o objetivo de responder aos problemas de insucesso escolar e de exclusão social, diagnosticados pela comunidade escolar.

Identificado não só pelo sucesso escolar, mas também pela família e pela comunidade local, os Professores da Escola Básica nº 9 Casal das Figueiras constituíram esta instituição, de forma a desenvolver atividades que conduzissem à promoção do desenvolvimento pessoal das crianças e jovens e que, junto das famílias e população em geral, contribuíssem para uma mudança de atitudes e comportamentos face à educação.

Em 2022, esta instituição continua a ter um papel fundamental na promoção do bem-estar e qualidade de vida da comunidade, seja através do seu projeto educativo e pedagógico, bem como das suas diversas valências na área educativa e na área do apoio social, fundamentais para apoiar as crianças, jovens e suas famílias, especialmente no contexto atual de crise inflacionista, em cooperação com outras entidades e em complemento às medidas de apoio nacionais e locais.

Reconhecendo o importante papel da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras para o desenvolvimento social e cultural do concelho de Setúbal, bem

como o seu importante contributo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da comunidade em que se insere, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a associação pelo seu 37º aniversário, celebrado no passado dia 20 de novembro.”

**“Saudação
Aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense**

A Sociedade Musical Capricho Setubalense celebrou mais um ano de existência no passado dia 22 de novembro.

Setúbal celebra com ela 155 anos de promoção do ensino da música, de desenvolvimento cultural, artístico e social. A sua resiliência e capacidade de evolução, renovação e adaptação na procura das populações por diferentes estilos musicais, têm sido fatores fundamentais para a continuação da sua atividade em serviço da comunidade.

Em toda a sua atividade, pautada por momentos históricos, a Sociedade Musical Capricho Setubalense foi e continua a ser um ator fundamental no desenvolvimento e dignificação do concelho de Setúbal.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Musical Capricho Setubalense pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Sociedade Filarmónica Providência**

A Sociedade Filarmónica Providência celebrou 142 de existência e atividade no passado dia 28 de novembro.

Fundada em 1880, é uma das coletividades centenárias do concelho de Setúbal com uma atividade marcada por momentos históricos, de superação e resiliência.

O movimento associativo desempenha um importante papel na preservação e difusão da tradição, cultura e costumes das comunidades onde se insere. As coletividades e associações como a Sociedade Filarmónica Providência são exemplo da capacidade organizadora de uma comunidade unida pelo bem-comum, na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

A sua contribuição para o desenvolvimento cultural e social do concelho de Setúbal é inegável e incalculável.

A Sociedade Filarmónica Providência é um dos exemplos do movimento associativo setubalense, que através da capacidade de adaptação e resiliência daqueles que contribuem diariamente para sua existência, venceu e continua a vencer o teste do tempo.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Filarmónica Setubalense pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”**

O papel do movimento associativo tem evoluído ao longo das décadas, adaptando e reforçando a sua ação e contributo para o desenvolvimento cultural, social e desportivo das comunidades onde se insere.

O Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, coletividade centenária do concelho de Setúbal, teve desde sempre um papel fundamental para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população setubalense.

Fundada em 1901, a coletividade celebrou o seu 101.º no dia passado dia 1 de dezembro, comemorando o primeiro ano após o seu centenário e no seguimento de ter sido agraciada com a Medalha de Prata da Cidade. A singela homenagem reconheceu a atividade da coletividade nos últimos 100 anos, bem como todos aqueles e aquelas que contribuíram para tal.

O Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, é um exemplo de resiliência e superação, renovação, esforço, criatividade e singularidade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” pelo seu aniversário, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento desportivo, social e cultural do concelho de Setúbal e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Escola de Ténis Casas de Azeitão**

Fundada em 2004, a Escola de Ténis Casas de Azeitão celebrou em novembro o seu 18º aniversário.

Criada com o objetivo de proporcionar à população a aprendizagem e prática do ténis nas suas diversas vertentes, lazer, saúde e competição, tem vindo a constituir-se como um importante ator no desenvolvimento da modalidade no concelho de Setúbal, essencialmente na formação de atletas.

O movimento associativo desempenha um importante papel não só no desenvolvimento desportivo, cultural e social das comunidades onde se insere, mas também na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, como ainda na difusão de valores e competências essenciais para a consolidação da nossa sociedade democrática.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Escola de Ténis Casas de Azeitão pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Clube de Ténis de Mesa de Setúbal**

O Clube de Ténis de Mesa de Setúbal celebrou o seu aniversário no passado dia 18 de novembro.

Celebrou 14 anos de atividade enquanto motor de desenvolvimento da modalidade de ténis de mesa no concelho de Setúbal. Com uma forte componente formativa, tem por base a prática do ténis de mesa de forma inclusiva.

Com presença a nível nacional e internacional, o Clube de Ténis de Mesa e seus atletas têm em muito contribuído para o enaltecimento do concelho de Setúbal.

O movimento associativo tem um importante papel não só para o desenvolvimento desportivo, mas também para o desenvolvimento social, na promoção da inclusão e difusão de valores essenciais para a consolidação da nossa sociedade democrática.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Ténis de Mesa de Setúbal pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Clube de Malha Corrida da Azeda**

O Clube de Malha Corrida da Azeda, fundado em 2002, celebrou o seu 20.º aniversário no passado dia 5 de dezembro.

O movimento associativo desempenha um importante papel para o desenvolvimento cultural, desportivo e social das comunidades onde se insere.

Deve ser reconhecido como parceiro fundamental do poder local democrático para a promoção do bem-estar e qualidade das populações e desta forma devidamente apoiado para que possa desempenhar a sua atividade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Malha Corrida da Azeda pelo seu aniversário, reforçando o seu compromisso na defesa e apoio ao movimento associativo, reconhecendo o seu importante papel na construção de uma sociedade cada mais democrática, justa e inclusiva.”

“Saudação Dia da Restauração da Independência

Assinalámos o Dia das Restauração da Independência no passado dia 1 de dezembro, que, passados 382 anos, permanece como um fundamento da identidade coletiva do nosso país.

Tendo sido confirmado como feriado civil após a implantação da República Portuguesa em 1910, foi suspenso em 2013 e restabelecido em 2016, o Primeiro de Dezembro celebra o golpe revolucionário que em 1640, liderado por D. João, então duque de Bragança e futuro rei D. João IV, pôs fim ao domínio da dinastia filipina sobre Portugal.

Ao assinalar este dia celebramos a independência e o patriotismo na sua mais alta expressão, bem como a nossa identidade secular enquanto Nação, construída em permanente diálogo com o Mundo.

Da mesma forma, celebramos a afirmação da nossa Nação e da nossa Soberania, homenageando a memória dos que lutaram e contribuíram para essa conquista.

Relembramos o princípio da Liberdade, entoado por aqueles que, descontentes, restauraram a independência de Portugal e evocamos a sua resiliência e determinação para enfrentar os desafios do ano que se avizinha, na luta continua pelos direitos e bem-estar de todos os Setubalenses e Azeitonenses.”

“Saudação Restaurantes Xtoria e Ryōri – Guia Michelin 2023

Publicado desde 1900, o Guia Michelin é um referencial de qualidade da restauração, distinguindo o que de melhor se faz neste setor por todo o Mundo – desde o streedfood de Banguécoque ao fine dining de Paris ou Nova Iorque.

Assistimos mais uma vez com satisfação, ao anúncio da atribuição da distinção Bib Gourmand ao restaurante setubalense Xtoria, na Gala Guia Michelin Espanha & Portugal 2023, realizada em Toledo no dia 22 de novembro.

Com a renovação da distinção, o restaurante Xtoria faz parte da lista de 38 estabelecimentos Bib Gourmand em Portugal, sendo o único do distrito de Setúbal.

Também o restaurante setubalense Ryōri foi novamente recomendado no Guia para o ano de 2023.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam as mulheres e homens que integram as equipas dos restaurantes Xtoria e Ryōri, reconhecendo a qualidade e resiliência de todos quantos têm contribuído para engrandecimento da gastronomia e da restauração setubalense e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Leu a moção “Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres”, conforme documento anexo sob o registo n.º 30.

“Moção
Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres

Assinalou-se no dia 25 de novembro o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Este dia, instituído, em 1999 pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como objetivo alertar para a violência física, psicológica, sexual e social que atinge as mulheres, reforçando a sua prevenção e denúncia.

A data foi escolhida para homenagear as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana. No dia 25 de novembro de 1991 teve início a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs 16 Dias de Ativismo contra a Violência sobre as Mulheres. Os 16 dias começam no 25 de novembro e encerram-se no dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamado em 1948.

Em Portugal e no mundo, todos os dias, inúmeras mulheres e meninas são vítimas de algum tipo de violência. Muitas vezes, estão privadas dos seus direitos e não conseguem aceder ao apoio de que necessitam para ultrapassar o impacto que a violência teve nas suas vidas.

Vítimas de violência doméstica, tráfico de seres humanos, violação e outras agressões sexuais, casamento forçado, mutilação genital feminina ou assédio sexual são alguns dos crimes praticados contra as mulheres.

Apesar dos contínuos esforços no combate à violência de género com vista à sua eliminação, traduzidos em medidas de ação positiva e legislação, como é exemplo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, referente à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação, esta é ainda experienciada por mulheres e meninas em Portugal.

Segundo dados da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA)¹, na Europa, uma em cada três mulheres com mais de 15 anos de idade (33%) já foram vítimas de violência física e/ou sexual pelo menos uma vez na vida, o que corresponde a 62 milhões de mulheres europeias agredidas: 55% (mais de metade) foram vítimas de assédio sexual; 43% foram vítimas de violência psicológica; 22% foram vítimas de violência física ou sexual por parte de um parceiro; 21% foram vítimas de perseguição prolongada; 5% foram violadas e, entre outro tipo de violências, 33% foram vítimas, na infância, de violência física ou sexual às mãos de um adulto.

Em Portugal, segundo dados oficiais do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), em 2021, foram apresentadas 26 520 queixas às forças de segurança por violência doméstica, e foram registados 23 homicídios em contexto de violência doméstica.

Já em 2022, entre 1 de janeiro e 15 de novembro, a associação UMAR reportou o assassinato intencional de 28 mulheres em Portugal – 22 femicídios e 6 assassinatos noutros contextos. Houve ainda 48 tentativas de assassinato – 35 tentativas de femicídio e 13 tentativas de assassinato noutros contextos.

Segundo indicadores do Portal da Violência, no 3º trimestre de 2022 a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica acolheu 1577 pessoas. Destas, 54,1% são mulheres, 44,8% são crianças e 1,0% são homens.

A violência no namoro é também uma realidade preocupante: cerca de 53,1% da população estudantil do Ensino Superior já foi vítima de, pelo menos, um ato de violência no namoro, sendo que mais de metade das vítimas são mulheres (CIG, 2021) e a grande maioria considera estes comportamentos como normais, “normalizando” este tipo de violência.

O assédio sexual no trabalho é igualmente uma realidade. Segundo o Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho”, para o qual foram feitas 824 entrevistas online em dezembro de 2021, mostrou-nos que duas em cada 10 das pessoas entrevistadas admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

A violência contra a mulher é um problema complexo, verifica-se em diversas áreas da sua vida, na esfera pública e privada, em casa, no trabalho e na rua. Encontrar soluções, representa assim um enorme desafio para todos os segmentos da sociedade.

A Violência de Género é uma das mais graves violações dos Direitos Humanos, que urge continuar a combater de forma intransigente.

Uma vida livre de violência para mulheres e raparigas é um direito fundamental e inalienável, consagrado pelos Direitos Humanos internacionais e nas leis humanitárias. A Convenção para a Eliminação das Discriminações contra as Mulheres (CEDAW- 1979), a Plataforma de Ação de Pequim (1995), os Roteiros da União Europeia para a erradicação de todas as formas de violência por motivos de género e, mais recentemente, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres é a Violência Doméstica (Convenção de Istambul - 2014), constituem instrumentos europeus e internacionais decisivos para se combaterem estas gravíssimas formas de violação dos Direitos Humanos, que limitam a plena Igualdade das mulheres e, por isso mesmo, são um enorme obstáculo à paz, à segurança e à democracia em Portugal, na Europa e no Mundo.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal associam-se à luta pela eliminação da Violência de Género contra as mulheres, manifestando o seu repúdio por todas as formas de violência, que atentam os Direitos Humanos.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 31 a 36.

“Saudação

47.º Aniversário do Teatro Animação de Setúbal – TAS

O TAS - Teatro Animação de Setúbal, fundado no ano de 1975, pelos atores Carlos César (Carlos Alberto Dias), Carlos Daniel, António Assunção e Francisco Costa, comemora o seu quadragésimo sétimo Aniversário.

É uma companhia portuguesa de teatro profissional com atividade profissional ininterrupta desde 1976, na nossa cidade, no distrito de Setúbal e no país,

Desenvolve um trabalho artístico muito eclético, tendo em conta diversidade sociocultural da região, apostando sempre na formação e também no encontro com o público infantojuvenil. A realização de espetáculos durante o calendário escolar e de iniciativas de sensibilização na área das expressões artísticas, tem sido uma constante na sua atividade desenvolvendo, desta forma, o gosto pelo teatro junto dos mais novos.

Considerada Entidade de Utilidade Pública, foi condecorada com Medalha de Mérito da cidade de Setúbal e recebeu a graduação de Membro-Honorário da Ordem do Mérito, de Portugal.

Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 07 de dezembro de 2022, endereçam os parabéns ao TAS -Teatro Animação de Setúbal.”

“Saudação

101.º Aniversário do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”

O Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” comemorou o seu centésimo primeiro aniversário no passado dia 1 de dezembro.

“Os 13” tem-se pautado ao longo da sua história pela promoção recreativa e desportiva, sendo uma referência na cultura também pelas várias vitórias nas marchas da nossa cidade.

Em 2006 desenvolveu a modalidade de Ténis de Mesa, participando nos campeonatos distritais em infantis, cadetes, juniores e seniores e em provas da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa. Recentemente abriu uma secção direcionada para a pesca desportiva.

Ao Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” a Câmara Municipal de Setúbal deseja os maiores sucessos futuros e que este centenário seja um novo fôlego na história da coletividade. Com esta saudação, queremos enaltecer a resiliência que têm tido ao longo deste século de história, não desistindo do seu propósito.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 07 de dezembro de 2022, endereçam os parabéns ao “Grupo Desportivo Setubalense Os 13” por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.

A presente saudação deverá ser enviada à Direção do Grupo Desportivo Setubalense Os 13.”

“Saudação

43.º Aniversário da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense

A União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense nasceu a 31 de dezembro de 1979, fruto da fusão do Sport Clube Praisense e da Sociedade Musical Caprichosa Praisense comemorando assim no próximo dia 31 quarenta e três anos.

Ao longo dos anos tem desenvolvido atividades desportivas, principalmente junto para as camadas mais jovens da população, em particular no futebol.

O Praisense tem-se notabilizado no concelho e na região com iniciativas de grande mérito, onde destacamos a realização da prova anual das “São Silvestre do Sado” e a presença constante nas Marchas Populares de Setúbal.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 07 de dezembro de 2022, endereçam os parabéns a “União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense” por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.

A presente saudação deverá ser enviada à Direção União Cultural, Recreativa e Desportiva Praisense.”

“Saudação

42.º Aniversário da Morte de Francisco Sá Carneiro e acompanhantes

Foi há 42 anos que morreram, num acidente de aviação, o Primeiro-ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro e o Ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, bem como as restantes pessoas que viajavam no Cessna 421, que tinha como destino a cidade do Porto.

Em 4 de dezembro de 1980, o país ficou em choque. Morria de forma inesperada um dos mais carismáticos políticos do pós-25 de abril, Francisco Sá Carneiro. Primeiro-ministro e líder do maior partido da coligação que compunha o Governo.

Francisco Sá Carneiro foi um dos grandes impulsionadores da democracia portuguesa e do Partido Social Democrata, um dos grandes partidos fundadores do regime democrático.

Mais de quatro décadas depois, Francisco Sá Carneiro, continua a ser recordado como um dos principais opositores ao Estado Novo e um dos principais rostos da construção da democracia portuguesa e do Estado Social em que atualmente vivemos.

Todos os anos o PSD de Setúbal faz questão de assinalar esta data como forma de homenagear um dos seus fundadores e de reconhecer a importância que ainda hoje Francisco Sá Carneiro representa para o PPD/PPD e para a democracia portuguesa.

Assinalamos, saudosamente, a memória de Francisco Sá Carneiro, assim como de Adelino Amaro da Costa, do CDS/PP e seus acompanhantes.”



“Moção
Dia Internacional Contra a Corrupção

O Dia Internacional contra a Corrupção é celebrado, anualmente, a 9 de dezembro e foi proclamado através da Resolução 58/4, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 31 de outubro de 2003.

O objetivo é sensibilizar para o combate e prevenção da corrupção, de forma a que sejam mobilizados recursos para a combater. Este dia salienta, também, a importância da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003) para o seu combate à escala mundial.

Em tempos de crise, é importante que este combate seja uma prioridade, pois só assim se pode garantir um uso eficiente dos recursos em prol do bem-estar dos cidadãos e da recuperação económica.

A vereação PSD sublinha a necessidade do aprofundamento da transparência nos procedimentos administrativos, prevenindo a corrupção ao nível da Administração, assim como apela ao reforço dos mecanismos legais na aplicação da justiça, para que o sistema funcione de forma célere, justa e eficaz.”

“Moção
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

A Organização das Nações Unidas em 1988 avançou com a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências, a partir da data de 3 de dezembro de 1988, passou a comemorar-se anualmente, os direitos das pessoas com deficiência.

Neste Dia Internacional, através das Nações Unidas, marca-se o compromisso de trabalhar com pessoas com deficiência para construir um futuro sustentável, inclusivo e transformador, no qual todos, incluindo mulheres, homens, meninas e meninos com deficiência, possam atingir o seu potencial. A deficiência tem de passar a ser encarada como uma característica e deixar de ser vista como uma limitação.

Assim, os vereadores do PSD sublinham, através desta moção, a necessidade de a Câmara Municipal de Setúbal continuar a melhorar a acessibilidade, quer física quer digital, a todas as pessoas, quer através dos seus edifícios e espaços públicos quer dos seus sites e plataformas digitais. Permitindo a todos uma vida mais autónoma e inclusiva.”

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, por lapso, não tinha chegado uma saudação, referindo que no dia em que celebraria 98 anos, celebravam a vida e a visão de uma referência fundamental da nossa história. Mário Soares praticara os valores da social-democracia de forma determinante para a trajetória de Portugal ao longo das últimas 5 décadas e hoje o lugar europeísta, socialista e português, a partir do qual sempre viu o mundo, continuava a indicar de forma cristalina os princípios fundamentais de progresso e justiça social, que deveriam nortear a nossa ação enquanto partido, de maior expressão a nível nacional e força do Governo merecedora da confiança da maioria absoluta dos portugueses. Hoje e sempre sabemos cumprir este desígnio.

Sr. Vereador Pedro Pina – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 37 e 38.

“SAUDAÇÃO
Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, assinalado a 3 de dezembro e foi declarado pelas Nações Unidas em 1998, tem como principal objetivo promover a reflexão e conhecimento em matéria de deficiência, sensibilizando e mobilizando a sociedade para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência.

Sabemos que a condição de pessoa com deficiência continua ainda a ser uma condição de vulnerabilidade quando nos referimos à discriminação, à segregação, à pobreza e à exclusão social e de desigualdade no acesso à saúde, à educação, ao emprego, à habitação, à cultura e à participação na vida política. Sendo esses direitos universais, sabemos que o seu exercício se encontra limitado e condicionado tendo em conta as condições individuais quando se trata também da condição de deficiência.

Continua a ser imperioso garantir às pessoas com deficiência a participação em todos os domínios da vida, assumindo todas e todos isso mesmo e aceitando as diferenças. É fundamental continuar a exigir que as deficiências e incapacidades não sejam disfarçadas ou omitidas, devendo valorizar as diferenças e evidenciar as necessidades que daí decorrem. Esse é o preciso contexto em que se torna imperativo combater condescendências e defender a igualdade em dignidade e direitos humanos para as pessoas com deficiência.

Continuaremos a intervir para que a cidadania seja exercida por todos e por todas, respeitando as diferenças, defendendo a igualdade e o direito a ser cidadão e cidadã, porque somos um município participado! E só dessa forma seremos mais Cidade!

A Câmara Municipal de Setúbal, a propósito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiências, saúda todos os que se empenham neste trabalho e continuará sempre a tudo fazer para que, a partir do reconhecimento e da aceitação das diferenças, se possam encontrar e promover caminhos que diminuam barreiras ou eliminem restrições ao nível da participação de todos e de todas, independentemente da sua condição particular.”

“Saudação
Clube Naval Setubalense
Campeão Nacional de Clubes da 3.ª Divisão Femininos
Natação

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a equipa feminina do Clube Naval Setubalense pela conquista do título de Campeã Nacional de Clubes da 3.ª Divisão.

Os excelentes resultados obtidos no Campeonato que decorreu na passada 6ªfeira, nas piscinas de Estarreja, permitem às nadadoras setubalenses ascender à 2ª Divisão Nacional de Clubes da Modalidade.

Perante um total de 33 equipas presentes, as nadadoras do Naval impuseram a sua qualidade e conquistaram a brilhante pontuação de 382 pontos.

As novas campeãs nacionais: Ana Soares, Leticia Magalhães, Margarida Botelho, Matilde Frischknecht, Rita Machita e Sara Alves, a Câmara Municipal apresenta felicitações e formula desejos de qua a próxima época seja de excelentes resultados.

De parabéns está também o treinador navalista Miguel Galvão, assim como os dirigentes do Clube.

Esta conquista dignifica não só a instituição como eleva o nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Presidente – Leu a seguinte saudação “Restaurante Xtoria – Guia Michelin”, conforme documento anexo sob o registo n.º 39.

**“Saudação
Restaurante Xtoria – Guia Michelin**

O restaurante setubalense “Xtoria” conseguiu obter, pelo segundo ano consecutivo, um prémio do prestigiado Guia Michelin, para Portugal e Espanha.

O Xtoria é o único restaurante do distrito de Setúbal a destacar-se na lista de premiados de 2023, e renova assim, o prémio Bib Gourmand, categoria que reconhece a melhor relação qualidade/preço na restauração, na avaliação dos inspetores do centenário guia gastronómico.

Xtoria é um projeto de Rute Eloi Marques e Bruno Marques e abriu portas em 2019 com um conceito de restauração diferenciado. Com a criação de um ambiente personalizado ao cliente, num edifício recuperado e numa das zonas nobres da restauração da cidade, idealizou um conceito gastronómico com ênfase nos produtos regionais e nacionais da época, combinando-os com outros ingredientes do mundo.

Com uma nova ementa a cada três meses, não faltam o peixe, o mel, o queijo e os vinhos da região de Setúbal, e o Xtoria é um dos restaurantes assíduos, com receitas exclusivas e originais, nas semanas gastronómicas “Setúbal – Terra de Peixe”, promovidas pelo município de Setúbal.

Outra das apostas deste espaço é a qualidade da equipa que o compõe. Uma equipa jovem, profissional e criativa, essencialmente constituída por novos valores que saem da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal.

De salientar ainda que esta é uma história de resiliência pois, após as restrições pandémicas que afetaram profundamente a restauração, a perseverança do Xtoria colhe frutos, com a atribuição em 2022 e 2023 do prémio BIB Gourmand, integrando a restrita lista do Guia Michelin.

O município de Setúbal felicita a equipa do restaurante XToria pela conquista do prémio do prestigiado Guia Michelin, e enaltece a importância da qualidade da restauração para que se possam destacar na oferta ao cliente e promover os sabores da região de Setúbal.

Este prémio é símbolo de orgulho para Setúbal e motivador para todos os outros espaços de restauração de Setúbal. Parabéns XToria.”

Sr. Presidente – Leu os seguintes votos de pesar pelo falecimento de Vitor Zacarias e Manuel Arrábida, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 40 e 41.

**“Voto de pesar
VITOR ZACARIAS**

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento, no passado dia 24 de novembro, aos 92 anos, de Vitor Zacarias, destacado antifascista setubalense e presidente da Comissão Administrativa que governou a Câmara Municipal de Setúbal a partir de 16 de maio de 1974, na sequência da revolução de Abril, e até às primeiras eleições autárquicas, realizadas em dezembro de 1976.

Vitor Zacarias ascendeu à presidência da Comissão Administrativa em fevereiro de 1975, cargo que desempenhou até meados de junho do mesmo ano.

Vitor Zacarias, que foi, a partir de 1974, militante do Partido Comunista Português, regressou, depois de sair da presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal à secção metalúrgica da fábrica da CUF no Barreiro, onde foi operário.

Esteve preso mais de dois anos, na década de 1960, nas cadeias do fascismo, no Aljube e em Caxias, sofrendo os horrores das torturas do “sono” e da “estátua às mãos da PIDE.

Foi dirigente do Clube de Campismo de Setúbal e era membro do Conselho Nacional da URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, tendo integrado a direção durante vários anos. Deu um contributo determinante para a dinamização da atividade dos núcleos de

Setúbal e de Palmela desta organização, tendo sido, também, impulsionador da criação do Monumento aos Resistentes Antifascistas, instalado na placa central da Av. Luísa Todi. Uma das suas últimas participações em iniciativas públicas aconteceu quando aceitou fazer parte da Comissão de Honra das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em Setúbal, no início do presente ano.

Homem de carácter honesto, solidário e amigo, a vida de Vítor Zacarias constitui uma referência e um exemplo de dedicação, de compromisso e de incansável empenho, a ser seguido por todos os que lutam por uma sociedade mais justa e defendem os valores de Abril, da liberdade e da democracia.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.

**“Voto de Pesar
Manuel Arrábida**

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Bombeiro Sapador de Setúbal Manuel Arrábida e apresenta à família sentidas condolências.

O Chefe de 2ª Classe Manuel Arrábida foi Sapador desde 1988 e era, atualmente, o responsável pela secção de logística da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, onde tinha a seu cargo as instalações e equipamentos da CBSS, tendo desempenhado funções, durante vários anos, no Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros.

Nas palavras de quem o conheceu de perto e profissionalmente, foi um homem profundamente empenhado no seu trabalho e que fez questão de “fazer sempre parte das soluções e não dos problemas”.

Manuel Arrábida será, para sempre, recordado como um homem profundamente empenhado no seu trabalho e sempre disponível para ajudar os outros.”

Sr. Presidente – Disse que na última reunião de câmara tiveram a oportunidade de fazer um minuto de silêncio pelo falecimento daqueles dois cidadãos setubalenses, por essa razão, davam por terminado o período de antes da ordem do dia.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 12/2022 - Reunião ordinária de 1 de junho de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 13/2022 - Reunião ordinária de 15 de junho de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 14/2022 - Reunião ordinária de 6 de julho de 2022

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.



4. Deliberação n.º 3938/2022 – Proposta n.º 44/2022 – GAP – Proposta de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa - Protocolo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que havia um aumento significativo do apoio e também a questão da retroatividade. Estavam em dezembro e iriam aplicar aqueles valores retroativamente. Disse que não seria uma situação muito comum e que deveria ser explicada. Tinham toda a boa vontade, ainda mais tendo em conta a instituição que era, a Cruz Vermelha Portuguesa, a delegação de Setúbal. Questionara por que razão aquela proposta não tinha ido mais cedo. Estavam atrasados quase 12 meses.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Paulo Calado que a questão tinha sido pertinente. A Cruz Vermelha tinha tido na sua direção algumas alterações ao longo do último ano e meio. Entre fevereiro ou março de 2022 que tivera a primeira reunião com a atual direção, onde foram levantadas aquelas questões, da não atualização dos salários das pessoas que já estavam a trabalhar e que se considerava que era importante haver essa atualização, também havia o entendimento da parte do nosso serviço de Proteção Civil e Bombeiros da necessidade de reforçar a equipa com mais um mais um membro da Cruz Vermelha. Posteriormente houve que fazer aqueles acertos de atualizações salariais, tendo-se arrastado até ao presente. Tinha havido necessidade de haver um entendimento entre as partes sobre os valores de atualização.

Disse que a Cruz Vermelha Portuguesa prestava um serviço importante em todo o país e no nosso concelho em particular, no apoio às populações e nas ações que eram desenvolvidas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, enquanto os próprios voluntários da Cruz Vermelha tinham formação através do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros. Era naquela articulação que conseguiam servir melhor as populações, para além de que tinham uma ambulância com pessoal qualificado, que prestava aquele tipo de serviço. Naquele momento tinham um problema, porque lançaram um pedido de apoio público para a aquisição de uma de uma nova ambulância, que estava a decorrer e esperavam que aquele serviço pudesse ser restabelecido.

Disse que pretendia enaltecer e realçar aquela colaboração e o de papel importante da delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa prestava à população e no apoio às ações em colaboração com o Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros. Pelo que se justificava que se fizesse a atualização que era devida e justa.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 3939/2022 – Proposta n.º 45/2022 – GAP – Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Presidente – Disse que o projeto de regulamento já tinha sido aprovado em reunião de câmara de 26 de julho de 2022, tinha estado em consulta pública, teve as contribuições das entidades que entenderam apresentar propostas, conforme o relatório que estava anexo à

proposta. Naquele momento estavam em condições de poder aprovar aquela proposta e de a submeter a aprovação da Assembleia Municipal.

Disse que a Câmara Municipal de Setúbal era a entidade que detinha a responsabilidade nos termos da lei, mas quem executava era os Serviços Municipalizados de Setúbal. O abastecimento de água e o saneamento em baixa ficava na responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Setúbal e com o saneamento em alta ficava da responsabilidade da Simarsul. O Sistema Multimunicipal que, nos termos do quadro legal em vigor era atribuída em regime de exclusividade à Simarsul, aquele regulamento tratava exatamente daquele tipo de questões.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, sendo 5 votos da CDU e 2 votos do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos de acordo com a votação anterior. Recordamos que a proposta foi aprovada por unanimidade antes da consulta pública.”*

6. Deliberação n.º 3940/2022 – Proposta n.º 6/2022 – CBSS – Aceitação da doação ao Município, efetuada pela empresa “Jouvence - Fabricação e Comércio de Materiais para Construção, Unipessoal, Lda.”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 3941/2022 – Proposta n.º 2813/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, n.º 1 - R/C E, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47.

Sr. Vereador Paulo Calado – Requereu que se votasse em bloco do ponto n.º 7 até ao ponto n.º 165 da Ordem de Trabalhos, referente à deliberação n.º 3941/2022 até à deliberação 4099/2022, se assim entendessem as restantes forças políticas.

Sr. Presidente – Não havendo inconveniente por parte de todas as forças políticas, iria proceder à votação em conjunto, desde a deliberação n.º 3941/2022 à deliberação n.º 4099/2022.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 3941 a 4099 aprovadas, por unanimidade e em minuta.



8. Deliberação n.º 3942/2022 – Proposta n.º 2814/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 17 – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

9. Deliberação n.º 3943/2022 – Proposta n.º 2815/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baltazar Guimarães, n.º 14, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

10. Deliberação n.º 3944/2022 – Proposta n.º 2816/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 42 e 42A – 4.º Duplex tardoz, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

11. Deliberação n.º 3945/2022 – Proposta n.º 2817/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.ºs 9 e 9A – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

12. Deliberação n.º 3946/2022 – Proposta n.º 2818/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Mário de Sá Carneiro, n.º 2 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

13. Deliberação n.º 3947/2022 – Proposta n.º 2819/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 16, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

14. Deliberação n.º 3948/2022 – Proposta n.º 2820/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sousa Gomes, n.º 3 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

15. Deliberação n.º 3949/2022 – Proposta n.º 2821/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.ºs 77 e 77A – 1.º Esq., Bloco A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

16. Deliberação n.º 3950/2022 – Proposta n.º 2822/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Maria Lamas, n.º 2 – 3.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

17. Deliberação n.º 3951/2022 – Proposta n.º 2823/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, n.º 4 – 4.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

18. Deliberação n.º 3952/2022 – Proposta n.º 2824/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Casa dos Pinheiros - Rua Casal de Bolinhos, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

19. Deliberação n.º 3953/2022 – Proposta n.º 2825/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tratado de Tordesilhas, n.ºs 8, 8-A a 8-C e Praça da Independência, n.ºs 6, 6-A a 6-H - Loja L - 8, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

20. Deliberação n.º 3954/2022 – Proposta n.º 2826/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Casa dos Pinheiros - Rua Casal de Bolinhos, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.



21. Deliberação n.º 3955/2022 – Proposta n.º 2827/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Avenida Afonso de Albuquerque, Lote 12 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

22. Deliberação n.º 3956/2022 – Proposta n.º 2828/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.ºs 22 e 22-A – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

23. Deliberação n.º 3957/2022 – Proposta n.º 2829/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.ºs 42 e 44 – 2.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

24. Deliberação n.º 3958/2022 – Proposta n.º 2830/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 126 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

25. Deliberação n.º 3959/2022 – Proposta n.º 2831/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 4 - C/V Dta., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

26. Deliberação n.º 3960/2022 – Proposta n.º 2832/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Rodrigues da Costa, n.º 16-A – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

27. Deliberação n.º 3961/2022 – Proposta n.º 2833/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Joaquim Campos, Lote 1 e Rua Mário Ventura Henriques, Lote 1 - Bloco L, R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

28. Deliberação n.º 3962/2022 – Proposta n.º 2834/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Agostinho da Silva Santos, n.º 2, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

29. Deliberação n.º 3963/2022 – Proposta n.º 2835/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Maria da Silva, n.º 3 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

30. Deliberação n.º 3964/2022 – Proposta n.º 2836/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 3 – 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

31. Deliberação n.º 3965/2022 – Proposta n.º 2837/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.ºs 19, 19-A a 19-D – 7.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

32. Deliberação n.º 3966/2022 – Proposta n.º 2838/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 4.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

33. Deliberação n.º 3967/2022 – Proposta n.º 2839/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fábrica da Eurocerâmica, n.º 52, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

34. Deliberação n.º 3968/2022 – Proposta n.º 2840/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.º 15 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

35. Deliberação n.º 3969/2022 – Proposta n.º 2841/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.º 2 – 9.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

36. Deliberação n.º 3970/2022 – Proposta n.º 2842/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mousinho de Albuquerque, n.º 8 – 5.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

37. Deliberação n.º 3971/2022 – Proposta n.º 2843/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge de Sousa, n.ºs 10, 12 e 14 – 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

38. Deliberação n.º 3972/2022 – Proposta n.º 2844/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre Maria Nunes da Silva, n.ºs 20 a 32 – 1.º Dto., Bloco A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

39. Deliberação n.º 3973/2022 – Proposta n.º 2845/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 7.º F, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

40. Deliberação n.º 3974/2022 – Proposta n.º 2846/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, n.ºs 378 e 380 e Rua Dezanove de Abril, n.ºs 13 e 15, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

41. Deliberação n.º 3975/2022 – Proposta n.º 2847/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 194, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

42. Deliberação n.º 3976/2022 – Proposta n.º 2848/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Virgílio Ferreira, n.ºs 26, 26-A a 26-E e Avenida São Francisco Xavier, n.º 26 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

43. Deliberação n.º 3977/2022 – Proposta n.º 2849/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Magnólias, n.º 16, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

44. Deliberação n.º 3978/2022 – Proposta n.º 2850/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 46, 46-A e 46-B – 2.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

45. Deliberação n.º 3979/2022 – Proposta n.º 2851/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Atoleiros, n.º 2 – 7.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

46. Deliberação n.º 3980/2022 – Proposta n.º 2852/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça D. Olga de Moraes Sarmiento, n.º 20 – 1.º Centro, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

47. Deliberação n.º 3981/2022 – Proposta n.º 2853/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Central da Azeda, n.º 96 – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

48. Deliberação n.º 3982/2022 – Proposta n.º 2854/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro, n.º 18, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

49. Deliberação n.º 3983/2022 – Proposta n.º 2855/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.º 3 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

50. Deliberação n.º 3984/2022 – Proposta n.º 2856/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 1.º Dto. tardoz, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

51. Deliberação n.º 3985/2022 – Proposta n.º 2857/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Brancanes, n.ºs 11 e 11-A - R/C C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

52. Deliberação n.º 3986/2022 – Proposta n.º 2858/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8 a 14 – 4.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

53. Deliberação n.º 3987/2022 – Proposta n.º 2859/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.ºs 28 a 28A, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

54. Deliberação n.º 3988/2022 – Proposta n.º 2860/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.ºs 13 a 21, tornejando para a Rua do Convento, n.º 2 e Rua da Encosta, n.ºs 14 e 16 – 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

55. Deliberação n.º 3989/2022 – Proposta n.º 2861/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, Lote 111 - R/C Dto., em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

56. Deliberação n.º 3990/2022 – Proposta n.º 2862/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Romeu, n.ºs 24 e 26 - R/C e 1.º andar, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

57. Deliberação n.º 3991/2022 – Proposta n.º 2863/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

58. Deliberação n.º 3992/2022 – Proposta n.º 2864/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

59. Deliberação n.º 3993/2022 – Proposta n.º 2865/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Roseiral, n.ºs 86, 86A e 86B, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

60. Deliberação n.º 3994/2022 – Proposta n.º 2866/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 3 - R/C Loja n.º 7, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

61. Deliberação n.º 3995/2022 – Proposta n.º 2867/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Moinho do Frade, n.ºs 2, 2A a 2G – 4.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

62. Deliberação n.º 3996/2022 – Proposta n.º 2868/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Anunciada, n.ºs 10, 10A e 10B - R/C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

63. Deliberação n.º 3997/2022 – Proposta n.º 2869/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Anunciada, n.ºs 10, 10A e 10B – 3.º andar, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

64. Deliberação n.º 3998/2022 – Proposta n.º 2870/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Álvaro Perdigão, n.ºs 3, 3A a 3E e Estrada de Palmela, n.ºs 34A a 34D – 2.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

65. Deliberação n.º 3999/2022 – Proposta n.º 2871/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Manteigadas, n.ºs 41, 41A, 41B, 43, 43A e 45 - Bloco A, 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

66. Deliberação n.º 4000/2022 – Proposta n.º 2872/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79, 79A a 85, tornejando para a Rua Jorge Claro e para o Largo Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 2.º I, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

67. Deliberação n.º 4001/2022 – Proposta n.º 2873/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Lote 86, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

68. Deliberação n.º 4002/2022 – Proposta n.º 2874/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça da Independência, n.º 1 – 12.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

69. Deliberação n.º 4003/2022 – Proposta n.º 2875/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 5, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

70. Deliberação n.º 4004/2022 – Proposta n.º 2876/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 2, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

71. Deliberação n.º 4005/2022 – Proposta n.º 2877/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa de São Domingos, n.º 8, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

72. Deliberação n.º 4006/2022 – Proposta n.º 2878/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Fontana, n.ºs 36 e 38, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

**73. Deliberação n.º 4007/2022 – Proposta n.º 2879/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Fran Pacheco, n.ºs 74 e 76, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

**74. Deliberação n.º 4008/2022 – Proposta n.º 2880/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Luís Furtado, n.ºs 28 e 28A, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

**75. Deliberação n.º 4009/2022 – Proposta n.º 2881/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Travessa da Anunciada, n.º 10 – 2.º Esq., 2.º Dto. e 2.º Ctr., em
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

**76. Deliberação n.º 4010/2022 – Proposta n.º 2882/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua dos Leques, Casas de Azeitão, Núcleo Poente II, Lote 4 –
1.º Dto (Bloco 4-D), em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

77. Deliberação n.º 4011/2022 – Proposta n.º 2883/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Manuel de Castro Guimarães, n.º 5 (antigo Lote 65), em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

78. Deliberação n.º 4012/2022 – Proposta n.º 2884/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Campos Rodrigues, n.ºs 43 a 53, tornejando para a Rua do Moinho do Frade, n.ºs 6 e 8 – 5.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

79. Deliberação n.º 4013/2022 – Proposta n.º 2885/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Almirante Reis, n.ºs 62 e 64, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

80. Deliberação n.º 4014/2022 – Proposta n.º 2886/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

81. Deliberação n.º 4015/2022 – Proposta n.º 2887/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 41 – 3.º C, Bloco Norte, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

82. Deliberação n.º 4016/2022 – Proposta n.º 2888/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – "Sítio da Rasca", em Casal do Conde e "Castelejo" em Rasca, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

83. Deliberação n.º 4017/2022 – Proposta n.º 2889/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Mulatas, Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 47 (antigo Lote 52) – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

84. Deliberação n.º 4018/2022 – Proposta n.º 2890/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.ºs 8, 8-A e 8-B - R/C E, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

85. Deliberação n.º 4019/2022 – Proposta n.º 2891/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 8 de Maio de 1928, n.º 5 (antigo Lote 35) – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

86. Deliberação n.º 4020/2022 – Proposta n.º 2892/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Adelino dos Santos, n.º 2-B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

87. Deliberação n.º 4021/2022 – Proposta n.º 2893/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nova Lisboa, n.º 12 – 6.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

88. Deliberação n.º 4022/2022 – Proposta n.º 2894/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 6, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

89. Deliberação n.º 4023/2022 – Proposta n.º 2895/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.ºs 8, 8-A a 8-C - R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

90. Deliberação n.º 4024/2022 – Proposta n.º 2896/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Afonso do Paço, n.º 16, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 130, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

91. Deliberação n.º 4025/2022 – Proposta n.º 2897/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique de Barros, n.º 3 – R/C, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 131, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

92. Deliberação n.º 4026/2022 – Proposta n.º 2898/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 26 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 132, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

93. Deliberação n.º 4027/2022 – Proposta n.º 2899/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Belcampo, Rua Margarida Caineta, n.º 3, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 133, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

94. Deliberação n.º 4028/2022 – Proposta n.º 2900/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Guilherme dos Santos, n.º 9 - R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 134, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

95. Deliberação n.º 4029/2022 – Proposta n.º 2901/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Sardinha, n.ºs 10, 12 e 14, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 135, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

96. Deliberação n.º 4030/2022 – Proposta n.º 2902/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 6.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 136, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

97. Deliberação n.º 4031/2022 – Proposta n.º 2903/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Silveira, n.º 44, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 137, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

98. Deliberação n.º 4032/2022 – Proposta n.º 2904/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro João Ferreira, Rua do Castelo, Rua E, n.ºs 12 e 14 - Loja Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 138, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

99. Deliberação n.º 4033/2022 – Proposta n.º 2905/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Principal das Praias do Sado, n.º 196 – 1.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 139, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

100. Deliberação n.º 4034/2022 – Proposta n.º 2906/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa das Especiarias, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 140, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

101. Deliberação n.º 4035/2022 – Proposta n.º 2907/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João Soares, n.º 4 – 2.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 141, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

102. Deliberação n.º 4036/2022 – Proposta n.º 2908/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Serralheira, Lote 135, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 142, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

103. Deliberação n.º 4037/2022 – Proposta n.º 2909/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 23 – 2.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 143, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

104. Deliberação n.º 4038/2022 – Proposta n.º 2910/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.ºs 20 e 20-A - RC Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 144, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

105. Deliberação n.º 4039/2022 – Proposta n.º 2911/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Carlos Ary dos Santos, n.º 35, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 145, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

106. Deliberação n.º 4040/2022 – Proposta n.º 2912/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Tomé e Príncipe, n.º 12 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 146, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

107. Deliberação n.º 4041/2022 – Proposta n.º 2913/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Lote 81, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 147, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

108. Deliberação n.º 4042/2022 – Proposta n.º 2914/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Manuel I, n.º 39 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 148, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

109. Deliberação n.º 4043/2022 – Proposta n.º 2915/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso, Travessa da Geminação, n.º 21 e Rua Cidade de Debrecen, n.º 5 - Piso Quatro A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 149, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

110. Deliberação n.º 4044/2022 – Proposta n.º 2916/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 16 – 4.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 150, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

111. Deliberação n.º 4045/2022 – Proposta n.º 2917/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 47 – 4.º Esq. Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 151, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

112. Deliberação n.º 4046/2022 – Proposta n.º 2918/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79, 79A a 85, tornejando para a Rua Jorge Claro e para o Largo Joaquim Cabecinha, n.ºs 8, 8A a 8D – 2.º E, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 152, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

113. Deliberação n.º 4047/2022 – Proposta n.º 2919/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Afonso, n.ºs 61 a 63 e Rua da Praia da Saúde, n.ºs 54 a 58, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 153, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

114. Deliberação n.º 4048/2022 – Proposta n.º 2920/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 45 – 1.º Centro Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 154, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

115. Deliberação n.º 4049/2022 – Proposta n.º 2921/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Terroa, Avenida António Sérgio, Lote Pluri, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

116. Deliberação n.º 4050/2022 – Proposta n.º 2922/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 10 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

117. Deliberação n.º 4051/2022 – Proposta n.º 2923/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Algodeia, n.ºs 19, 19A e 19B e Rua Joaquim Venâncio, n.ºs 2 e 4 – 6.º Andar, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

118. Deliberação n.º 4052/2022 – Proposta n.º 2924/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Flores, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 158, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

119. Deliberação n.º 4053/2022 – Proposta n.º 2925/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 4 – 8.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

120. Deliberação n.º 4054/2022 – Proposta n.º 2926/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Edmond Bartissol, n.ºs 14 e 16, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 160, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

121. Deliberação n.º 4055/2022 – Proposta n.º 2927/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 161, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

122. Deliberação n.º 4056/2022 – Proposta n.º 2928/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 162, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

123. Deliberação n.º 4057/2022 – Proposta n.º 2929/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 23 a 27 – 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

124. Deliberação n.º 4058/2022 – Proposta n.º 2930/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nova Lisboa, n.º 4 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 164, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

125. Deliberação n.º 4059/2022 – Proposta n.º 2931/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 23 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 165, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

126. Deliberação n.º 4060/2022 – Proposta n.º 2932/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Melros, n.º 86, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 166, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

127. Deliberação n.º 4061/2022 – Proposta n.º 2933/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 17 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 167, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

128. Deliberação n.º 4062/2022 – Proposta n.º 2934/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Rua das Laranjeiras, Lote 66, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 168, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

129. Deliberação n.º 4063/2022 – Proposta n.º 2935/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Garcia Peres, n.ºs 1 e 3, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 169, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

130. Deliberação n.º 4064/2022 – Proposta n.º 2936/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, Lote 4 – 4.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 170, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

131. Deliberação n.º 4065/2022 – Proposta n.º 2937/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 111 – 5.º Frt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 171, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

132. Deliberação n.º 4066/2022 – Proposta n.º 2938/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Beco das Barrocas, n.º 4, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 172, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

133. Deliberação n.º 4067/2022 – Proposta n.º 2939/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 2, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

134. Deliberação n.º 4068/2022 – Proposta n.º 2940/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Praceta do Hortelão, Lote 326 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 174, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

135. Deliberação n.º 4069/2022 – Proposta n.º 2941/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rio da Figueira, Beco Vila Amélia, n.º 5, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 175, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

136. Deliberação n.º 4070/2022 – Proposta n.º 2942/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 4 – 1.º Esq. e Arrecadação n.º 25, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 176, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

137. Deliberação n.º 4071/2022 – Proposta n.º 2943/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santo Amaro, n.º 78, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 177, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

138. Deliberação n.º 4072/2022 – Proposta n.º 2944/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida do Alentejo, n.º 4 – 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 178, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

139. Deliberação n.º 4073/2022 – Proposta n.º 2945/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Augusto Cardoso, n.ºs 49 a 55, tornejando para a Travessa das Lobas, n.º 13 e Beco das Lobas, n.º 2A - R/C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 179, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

140. Deliberação n.º 4074/2022 – Proposta n.º 2946/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Henrique Freire, n.ºs 4 e 6 - R/C Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 180, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

141. Deliberação n.º 4075/2022 – Proposta n.º 2947/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Luísa Tody, Lote 91 – 3.º Esq., em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 181, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

142. Deliberação n.º 4076/2022 – Proposta n.º 2948/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 2, tornejando para a Avenida da Independência das Colónias, n.º 15 – 8.º E, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 182, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

143. Deliberação n.º 4077/2022 – Proposta n.º 2949/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Abel Salazar, n.º 25 – 7.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 183, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

144. Deliberação n.º 4078/2022 – Proposta n.º 2950/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 1 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 184, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

145. Deliberação n.º 4079/2022 – Proposta n.º 2951/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 7 – 1.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 185, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

146. Deliberação n.º 4080/2022 – Proposta n.º 2952/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Cova da Onça, Areias, Bairro Trindade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 186, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

147. Deliberação n.º 4081/2022 – Proposta n.º 2953/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, n.ºs 224 a 232, tornejando para a Rua de São Cristóvão, n.º 4 – 2.º Dto. Recuado, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 187, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

148. Deliberação n.º 4082/2022 – Proposta n.º 2954/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Clube Recreativo da Palhavã, n.ºs 79, 81 e 83, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 188, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

149. Deliberação n.º 4083/2022 – Proposta n.º 2955/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4 a 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8 a 14 – 2.º E, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 189, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

150. Deliberação n.º 4084/2022 – Proposta n.º 2956/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Azeda, Vale de Mulatas, Rua Lázaro Losano, Lote 80, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 190, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

151. Deliberação n.º 4085/2022 – Proposta n.º 2957/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade de Debrecen, n.ºs 20, 20A a 20E – 6.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 191, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

152. Deliberação n.º 4086/2022 – Proposta n.º 2958/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Fontana, n.º 24, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 192, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

153. Deliberação n.º 4087/2022 – Proposta n.º 2959/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 138 a 138F – 1.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 193, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

154. Deliberação n.º 4088/2022 – Proposta n.º 2960/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade da Beira, n.ºs 5, 7 e 9 – 4.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 194, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

155. Deliberação n.º 4089/2022 – Proposta n.º 2961/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal das Figueiras, Rua Luís Faria Trindade, n.º 17, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 195, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

156. Deliberação n.º 4090/2022 – Proposta n.º 2962/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Adriano Correia de Oliveira, n.º 4 – 2.º H, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 196, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

157. Deliberação n.º 4091/2022 – Proposta n.º 2963/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 63 – 1.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 197, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

158. Deliberação n.º 4092/2022 – Proposta n.º 2964/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Soeiro Pereira Gomes e Rua Henrique Augusto Pereira, Lote 5 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 198, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

159. Deliberação n.º 4093/2022 – Proposta n.º 2965/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fonte de Negreiros, n.ºs 38 e 38A (antigo Lote 159), em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 199, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

160. Deliberação n.º 4094/2022 – Proposta n.º 2966/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 200, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

161. Deliberação n.º 4095/2022 – Proposta n.º 2967/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Bento Jesus Caraça, n.º 67, n.º 2 Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

162. Deliberação n.º 4096/2022 – Proposta n.º 2968/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 14 – R/C Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 202, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

163. Deliberação n.º 4097/2022 – Proposta n.º 2969/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 13 – R/C D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 203, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

164. Deliberação n.º 4098/2022 – Proposta n.º 2970/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale dos Pintassilgos – Estrada de Santas, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 204, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

165. Deliberação n.º 4099/2022 – Proposta n.º 2971/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, Lote 292, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 205, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 7.

166. Deliberação n.º 4100/2022 – Proposta n.º 2972/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do Lote de terreno n.º 210, do Loteamento Municipal do B. do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 206, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

167. Deliberação n.º 4101/2022 – Proposta n.º 2973/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do Lote de terreno n.º 270, do Loteamento Municipal do B. do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 207, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**168. Deliberação n.º 4102/2022 – Proposta n.º 2974/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a RE-
FOOD 4 GOOD – Associação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 208 a 210.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Parabenizou o trabalho realizado diariamente pela REFOOD que, ao longo dos últimos anos possibilitou que muitas famílias tivessem algo para comer, especialmente as famílias mais carenciadas do concelho. Parabenizou também a forma altruísta como todos os representantes da Associação e os seus voluntários exerciam a sua tarefa de forma nobre, dando parte do seu tempo.

Na reunião recente que fizeram com a instituição tinha ficado o compromisso para que se encontrasse um novo espaço para acolher a instituição, visto que o local onde estavam não seria possível permanecer por muito mais tempo. Era com satisfação que viam aquela proposta em reunião de câmara, a qual iriam acompanhar, no entanto, sendo a instituição sem fins lucrativos, sem ter formas diretas de obter receita, questionou sobre o que tinha sido conversado entre o município e a instituição sobre a questão do pagamento da eletricidade e da água. A partir do momento em que a instituição passasse a usufruir daquele espaço iria ter uma despesa, que de futuro poderia ter uma dificuldade acrescida no pagamento, pondo em causa que a aplicação de algumas verbas pudesse obter através de mecenato e que pudessem ser canalizadas para outros fins. Naquele sentido, gostariam de saber o que estaria pensado em relação ao pagamento de água e da luz.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que estariam a tratar de um contrato de comodato e os contratos de comodato que a Câmara Municipal fazia com todas as instituições era naquele quadro. Posteriormente avaliariam com a própria associação as condições, mas num outro quadro, porque aquele era um quadro de encontrar soluções do espaço, para que as associações pudessem desenvolver melhor a sua atividade. Aquela proposta seria um contrato tipo, igual para todas as outras instituições, relativamente à eletricidade, água e gás, teriam que ser avaliadas num outro quadro.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que pretendia mencionar o trabalho assinalável da REFOOD. Referiu que tardava encontrar instalações para aquela associação sem fins lucrativos. Assinalou que o trabalho que era feito seria muito meritório, ainda mais num período como aquele que estavam a viver, infelizmente, de grave crise que se iria agudizar no próximo ano, até nas próprias escolas já se verificava crianças que conseguiam tomar o pequeno-almoço com a ajuda dos professores, uma vez que já não conseguiam levar lanche de casa. Instituições como aquelas deveriam ser apoiadas e acarinhadas, devendo estar em locais com condições para poderem fazer bem o seu trabalho.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**169. Deliberação n.º 4103/2022 – Proposta n.º 2975/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a
Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 211 a 213.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Congratulou-se com o Presidente da Comissão Administrativa por mais aquela conquista, mais do que merecida. Tinha sido uma luta de bastante tempo para poderem ter um espaço próprio para desenvolver a sua atividade. Ficava a certeza dos eleitos do Partido Socialista, que tudo fariam, tal como se poderia comprovar através de atas de anteriores reuniões, que tudo fariam para que fosse outra realidade da requalificação do campo de futebol que se encontrava ao lado do Bairro do Forte da Bela Vista. Só assim haveria condições mínimas e justas, para que o clube pudesse exercer a sua principal tarefa, colocando jovens e menos jovens a praticar desporto e não só.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

170. Deliberação n.º 4104/2022 – Proposta n.º 2976/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Monstro Coletivo - Associação Cultural

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 214 a 216, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

171. Deliberação n.º 4105/2022 – Proposta n.º 2977/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia do Sado

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 217 a 219, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

172. Deliberação n.º 4106/2022 – Proposta n.º 2978/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a título gratuito, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 250,90 m², sita na Rua Dr. Manuel Arriaga, 7B, na União de Freguesias de Setúbal, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 220 e 221, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**173. Deliberação n.º 4107/2022 – Proposta n.º 2979/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Resolução do Contrato de Concessão do Direito de Exploração dos
Bares do Fórum Municipal Luísa Todi**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 222, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**174. Deliberação n.º 4108/2022 – Proposta n.º 2980/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Celebração de Contratos de Arrendamento - Serviços Municipalizados de
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 223 a 225, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções do PS e do PPD/PSD.

**175. Deliberação n.º 4109/2022 – Proposta n.º 2982/2022 – DAF/DICONT – 9.ª
Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 8.ª ao Plano de
Atividades e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 226 a 229, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções do PS e do PPD/PSD.

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós abstivemo-nos nesta proposta, em consonância com a votação que tivemos ao Orçamento e ao Plano de Atividades no ano passado, quando foi aprovado.”*

**176. Deliberação n.º 4110/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DASU/GAGIP – Isenção
de taxas de Licenças Especiais de Ruído**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 230, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Propôs que as deliberações n.ºs 4111/2022 e 4112/2022 fossem retiradas para uma melhor apreciação pelos serviços, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 231 e 232.

177. Deliberação n.º 4111/2022 – Proposta n.º 2984/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. “Prestação de serviços de aluguer operacional de 4 viaturas pesadas de 14/16 m3 e 18/22 m3 para recolha de contentores de resíduos sólidos urbanos, pelo período de 30 meses” - RETIRADA

178. Deliberação n.º 4112/2022 – Proposta n.º 2985/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos de contentores enterrados e semienterrados, do Município de Setúbal, pelo período de 24 meses” – RETIRADA

179. Deliberação n.º 4113/2022 – Proposta n.º 2987/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor da União de Freguesias de Setúbal - “Prestação de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes na União de Freguesias em Setúbal, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por período igual e sucessivo até ao limite de 24 meses

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 233 a 236, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

180. Deliberação n.º 4114/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DEB/DIGEPE – Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 237, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Propôs a retirada da deliberação n.º 4115/2022 para uma melhor apreciação pelos serviços, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 238.

181. Deliberação n.º 4115/2022 – Proposta n.º 2983/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor” – RETIRADA

182. Deliberação n.º 4116/2022 – Proposta n.º 2986/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 299/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT), para alimentar todas as infraestruturas, equipamentos e instalações integradas nos Serviços Municipalizados de Setúbal, ao abrigo dos lotes 1, 2 e 3 do acordo quadro AQ-ELE-2020, promovido pela ESPAP – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 239 e 240, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

183. Deliberação n.º 4117/2022 – Proposta n.º 100/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal – Campeonato Nacional de Boulder e 5.ª Etapa da Taça de Portugal de Boulder

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 241.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava de um espaço absolutamente extraordinário situado na zona dos Quatro Caminhos e que poderia ter um particular em relevância e importância no desenvolvimento da prática de escalada e de montanhismo pela forma como estava construído, sendo o maior da Península de Setúbal e de imediato convidou os vereadores a visitar o referido espaço. Tratava-se de uma associação embrionária que, pediram através da Federação de Campismo e Montanhismo aquele primeiro apoio, no sentido de poderem acolher as respetivas provas com algum entusiasmo, naquilo que seria a condição de prepararem “*indoor*” para depois a utilização daquilo que seria o património natural da Serra da Arrábida, como espaço excecional para aquele tipo de atividades.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

184. Deliberação n.º 4118/2022 – Proposta n.º 101/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à União Cultural Recreativa e Desportiva Praiense – 24.ª São Silvestre do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 242, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

185. Deliberação n.º 4119/2022 – Proposta n.º 102/2022 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - XXIII ExpressArte

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 243, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

186. Deliberação n.º 4120/2022 – Proposta n.º 846/2022 – DURB – Definição do período de época balnear no Concelho de Setúbal para o ano de 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 244, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

187. Deliberação n.º 4121/2022 – Proposta n.º 847/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 70/2015 de 16 de julho - Processo n.º 812/22

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 245 e 246, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Propôs que os pontos relativamente ao urbanismo fossem votados em bloco, caso não se opusessem, com exceção da deliberação n.º 4126/2022. Desde a deliberação n.º 4122/2022 até à deliberação n.º 4127/2022, com exceção da deliberação n.º 4126/2022.

O Sr. Presidente colocou à votação a deliberação n.º 4122/2022 até à deliberação n.º 4125/2022 e a deliberação n.º 4127/2022, as quais foram aprovadas por unanimidade e em minuta.

**188. Deliberação n.º 4122/2022 – Proposta n.º 848/2022 – DURB/DIGU –
Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 454/21**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 247, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 187.

**189. Deliberação n.º 4123/2022 – Proposta n.º 849/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 131/21**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 248, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 187.

**190. Deliberação n.º 4124/2022 – Proposta n.º 850/2022 – DURB/DIGU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 246/19**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 249, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 187.

**191. Deliberação n.º 4125/2022 – Proposta n.º 851/2022 – DURB/DIGU –
aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 315/19**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 250, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 187.

192. Deliberação n.º 4126/2022 – Proposta n.º 852/2022 – DURB/DIMOT – Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt Support Services PT, Unipessoal Lda., para a instalação e operação de sistema de bicicletas elétricas partilhadas (modos suaves) na cidade de Setúbal pelo período adicional de 6 (seis) meses - RETIRADA

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 251.

Sr. Presidente – Disse que já tinham deliberado, em novembro de 2021, aprovar a implementação daquele projeto por um período de seis meses, para a instalação e operação de um sistema de bicicletas partilhadas Bolt da cidade de Setúbal através da celebração de um memorando de entendimento entre as partes, iniciado a 3 de junho de 2022. Concluíra a empresa e os serviços camarários que os seis meses deram para fazer uma avaliação do serviço prestado, com dados bem elucidativos relativamente às viagens feitas, porque se tratavam de 23.586 viagens, com 14.214 utilizadores, a distância total percorrida tinha sido de 45.944 quilómetros, a média de distâncias tinha sido de 1,8 quilómetro e a média dos tempos de deslocação tinha sido de 11,60 minutos, o que significava que se tratavam de curtas deslocações. Tinham sido percorridos mensalmente cerca de 7.657 quilómetros, uma média pela solução de partilha de bicicletas elétricas na cidade de Setúbal, com um total médio de 131 viagens diárias, o que indicava a aceitação da solução pela população. Recordou os vereadores que decidiram naquele segundo memorando de entendimento, que a empresa teria de reduzir a velocidade e um conjunto de outras medidas que tinham sido recomendadas e alteradas em reunião de câmara.

Os serviços constituíam uma importante medida de mobilidade na cidade, sendo interessante de ter uma amostragem maior do serviço que contemplasse também o período fora da época estival, um ano de recolha de dados relativamente ao serviço e abrangendo também dados com uma rede de transportes públicos rodoviários mais eficaz e com maior rigor no cumprimento de horários.

Naquele período, o serviço de transportes praticamente não funcionou, sendo que os serviços camarários consideravam que com um serviço de transportes a funcionar em pleno, convinha avaliar o que significava em termos dos utilizadores daquele modo suave de pequenas deslocações dentro da cidade. Por essa razão, propuseram que se fizesse o prolongamento daquele projeto piloto, da utilização do sistema das bicicletas partilhadas, em Setúbal, pelo período adicional de seis meses.

Sr. Vereador Paulo Calado – Lembrou que já tinham levantado no passado, em anteriores renovações algumas questões, tendo ficado assente, conforme constava na ata de 1 de junho de 2022, que a renovação anterior teria por objetivo conseguir que fosse elaborado um o regulamento municipal para aquele efeito. Tinha sido um compromisso feito pela senhora Vereadora Rita Carvalho, que não estava presente naquela reunião, no entanto, tende a eternizar-se aquela atividade, sem que houvesse um concurso que permitisse outras empresas idênticas, poderem estar também presentes em Setúbal e até regular aquela atividade, não só do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista da sua atuação, das pessoas que circulam e da forma como deveriam circular. Na reunião de 1 de junho tinha sido considerado pela senhora Vereadora Rita Carvalho, que seria fundamental haver aquele tipo de regulamento, e uma vez que vinha novamente uma renovação por mais seis meses, questionou qual seria o ponto de situação do referido regulamento. Relembrou que, de acordo com a ata, o PSD ter-se-á absterido, tal como o Partido Socialista, exatamente pelo facto de a questão ter ficado naquela situação. Passados quase seis meses a situação estava na mesma.

Deveria ser feita uma avaliação, não tanto uma análise daquilo que tinham sido os números da atividade, apesar de ter sido uma informação objetiva, mas a análise que a Câmara fazia

àquela atividade e ao seu impacto na cidade. Inclusivamente existiam locais pelo mundo fora que equacionavam terminar com aquela atividade, nomeadamente a cidade de Paris, certamente não seria comparável, mas aquele tipo de avaliação teria de ser feita e não constava naquela proposta.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Paulo Calado que no protocolo de entendimento constavam as medidas que a empresa ficava obrigada a tomar, relativamente ao uso. De acordo com os serviços camarários estava a ser preparado um procedimento Concursal de acordo com o Código da Contratação Pública, para a atribuição de uma licença de operação daquele tipo de equipamentos no concelho de Setúbal, pelo período de cinco anos, estimando-se um período temporal de seis meses para a conclusão de todo o processo, por essa razão, se propunha que se mantivesse aquele protocolo de entendimento, na utilização das bicicletas partilhadas.

Referiu que os transportes públicos não funcionaram em pleno, sendo que os seis meses serviria também para avaliar o comportamento dos utilizadores quando os transportes públicos estivessem a funcionar em pleno, permitindo avaliar melhor quantos utilizadores na cidade continuavam a utilizar aquele meio de transporte, não utilizando os transportes públicos e também para concluir o procedimento concursal. Para não retirar durante os próximos seis meses as bicicletas do uso da população. Eram aqueles os dois argumentos que seriam razoáveis de serem considerados.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que à luz da intervenção do senhor Presidente ficara sem saber qual seria a justificação daquela proposta. A proposta que lhes tinha sido apresentada, não era mencionado a preparação de qualquer período concursal, os argumentos eram outros.

Disse que, em novembro de 2021, aprovaram um memorando de entendimento para a implementação de um projeto-piloto de instalação e operação do sistema de bicicletas elétricas partilhadas, por um período de seis meses. Considerou-se, naquela altura, que aquele prazo de seis meses permitiria a análise e a avaliação de pertinência de uma solução definitiva. Em novembro de 2021, todos sabiam que o período de seis meses proposto abarcaria a época estival, mas tinha sido aquela a proposta do Executivo, e o entendimento que tinham da proposta de novembro, que tinha sido aprovada por unanimidade, era que o período de seis meses proposto pelo Executivo tinha sido considerado suficiente para que a análise e a avaliação de pertinência, daquela solução, fosse efetivamente feita. Não se compreendia por essa razão, que o argumento então apresentado fosse a necessidade de ter uma amostragem de um ano. Aquele modelo de memorando de entendimento que se iria prolongando no tempo era o mesmo que já tinha sido adotado para a operação das trotinetes elétricas, que já ia no segundo memorando de 12 meses, a caminho dos dois anos de operação. A proposta das trotinetes elétricas tinha sido votada em reunião de câmara de 1 de junho e na qual o Partido Socialista e o PSD se abstiveram, porque no primeiro memorando de entendimento sobre as bicicletas elétricas, a proposta tinha sido aprovada por unanimidade.

Aquilo que aquela proposta representava, tal como já afirmaram em junho, quando se votou o segundo memorando de entendimento sobre as trotinetes, a instalação consentida de um monopólio no espaço público que se ia mantendo e renovando periodicamente, sem que se anteviesse o necessário concurso público, nem o regulamento de utilização dos equipamentos, não seria a solução mais correta.

Em junho, quando votaram a proposta das trotinetes obtiveram por parte da Vereadora do pelouro, a senhora Vereadora Rita Carvalho, a indicação de que estaria a ser preparado um regulamento, mas seis meses passaram e, ainda, não tiveram nenhuma proposta de regulamento. Seria um regulamento bastante complexo, para que naquele período de tempo, ainda não tivesse sido preparado e apresentado para votação. Também já, na altura, se preparava o contrato de concessão, que pretenderia abarcar as trotinetes e as bicicletas, no

entanto, chegaram àquela fase e, também, ainda não tinham a proposta de contrato de concessão.

Aquilo que aquelas propostas consubstanciavam, quer a que tinha sido votada no dia 1 de junho, quer aquela que lhes tinha sido apresentada, era a manutenção de uma empresa privada, que teria os seus méritos na oferta que apresentava para a cidade, mas era a manutenção de uma empresa que tinha, naquele momento, o monopólio de uma atividade que não estava concessionada, que ocupava espaço público, que era medida do ponto de vista da utilização das trotinetes ou do ponto de vista de utilização das bicicletas. Se levassem em linha de conta que um dos argumentos que lhes era apresentado, o facto dos serviços públicos de transporte não terem estado inteiramente operacionais, no momento em que as bicicletas elétricas foram disponibilizadas, poderiam considerar que dali a seis meses, quando aquele memorando de entendimento terminasse e quando se completasse um ano, provavelmente, seria necessário medir novamente os seis meses posteriores, para perceber de que forma é que as coisas funcionaram, quando os transportes públicos estivessem em funções. Aquela não seria uma solução adequada, seria uma dilação excessiva no tempo no que respeitava, quer ao regulamento quer à construção do caderno de encargos para o lançamento do concurso para a concessão, a inexistência de concurso público e inexistência de concessão levava em última análise a que aqueles serviços que até os consideravam interessantes do ponto de vista da mobilidade e benéficos para os cidadãos. Do ponto de vista do utilizador estariam a criar uma barreira, porque não sabiam se uma outra entidade que concorresse ao concurso praticaria preços diferentes, porque os preços que eram atualmente praticados eram preços mais altos do que aqueles que eram praticados no início daqueles memorandos de entendimento. Não sabiam se os equipamentos seriam mais apetecíveis ou mais fáceis de utilizar, se teriam o maior número de equipamentos disponíveis ou se teriam uma outra cobertura, porque a cobertura geográfica que a empresa aceitava não era a cobertura integral da cidade, havia bairros e zonas excluídas. Na zona da Praça Olga Morais Sarmiento, se pretender deixar uma trotinete do lado direito, no sentido ponte nascente, não a poderia deixar, tendo de atravessar a estrada e deixar a trotinete do lado esquerdo, porque havia zonas que não faziam parte daquilo que era o mapa que a própria empresa delineara. Havia uma série de fatores que seriam muito mais claros, se já tivessem o contrato de concessão preparado, se já tivessem o contrato lançado e se houvesse um caderno de encargos, pelo qual a empresa respondesse, coisa que não existia e continuavam na senda dos memorandos de entendimento.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que na sua anterior intervenção tinha feito referência à ata de 1 de junho de 2022, relativamente à questão do regulamento que se aplicava tanto às bicicletas como às trotinetes. Obviamente que não era aquele o conteúdo daquela proposta, mas tinha tudo que ver com ela, porque tinha a ver com a forma como se estabelecia a relação entre os cidadãos e aquela empresa ou as empresas que viessem a atuar naquele mercado em Setúbal. Sugeriu para cabal esclarecimento do ponto de situação daquelas duas atividades no concelho, que aquela proposta fosse retirada, porque ainda haveria mais uma reunião naquele mês e seria fácil com a Vereadora Rita Carvalho, perceber mais detalhadamente o ponto de situação em que estava o regulamento e o eventual lançamento do concurso para bicicletas.

Sr. Presidente – A senhora Vereadora Rita Carvalho estava ausente em gozo de férias. A proposta na sua argumentação era bem clara. Considerou que os dois argumentos que foram apresentados tinham sido suficientemente importantes para que pudessem aprovar a proposta, designadamente a questão de saber se com os transportes públicos a funcionar em pleno se a população que usava as bicicletas manteria o uso de bicicletas, ou se, o uso seria reduzido substancialmente, que poderia vir a acontecer, o que seria um dado importante para a Câmara Municipal numa decisão pelo lançamento de um concurso público. Disse que seria uma questão muito importante de considerarem. Seria bem-avisado prolongar aquela situação, por mais seis meses, permitindo que durante aqueles seis meses a questão fosse

avaliada. Seria importante avaliar se, quando os transportes públicos começassem a funcionar em pleno, as pessoas começariam a reduzir significativamente o uso da bicicleta, então, naturalmente, que não fazia sentido continuarem a ter a bicicleta.

A proposta referia que estaria a ser preparado um procedimento concursal de acordo com o Código da Contratação Pública, para a atribuição de uma licença de operação daquele tipo de equipamento no concelho de Setúbal, pelo período de cinco anos, estimando-se um período temporal de seis meses para a sua conclusão. Considerava que se tratava de dois argumentos suficientemente fortes para aprovarem aquela proposta.

Se os Vereadores achavam que seria preferível retirar a proposta e voltar a ser analisada numa próxima reunião, fazia parte do trabalho essa possibilidade, no entanto, não podia deixar de manifestar a sua avaliação que seria suficientemente ponderada.

De acordo com a proposta dos vereadores do PSD a proposta deveria ser retirada, pelo que questionou se não haveria inconveniente para retirarem.

Disse que a proposta seria retirada, para apreciação numa próxima reunião de câmara

193. Deliberação n.º 4127/2022 – Proposta n.º 853/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 252 a 254, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Madalena Matos – Alertou para a necessidade de se instalarem na cidade casas de banho públicas.

Disse que os transportes públicos estavam uma lástima. Para poder estar às 16h30m para assistir à reunião de Câmara ou vinha de táxi ou teria de ir para a paragem por volta das 13h30m. Sempre que se picava o cartão Viva no autocarro não havia sistema para informar do saldo do cartão, bem como nos locais onde se carregava o referido cartão.

Alguém lhe terá dito que os novos trabalhadores teriam assinado um compromisso de não fazer greve.

O hospital de Setúbal precisava de ter mais carinho para com os doentes que estavam nas urgências. Dirigira-se ao hospital para fazer uma radiografia, após ter estado no posto de saúde, demorou uma eternidade para poder ser atendida. Os utentes passavam o dia sem comer enquanto esperavam, porque não havia comida no hospital para dar aos utentes enquanto esperavam horas infinitas. Aquela situação não era atual e as pessoas já estavam saturadas por causa daquele tipo de atendimento. Aos anos que se ouvia falar nas obras do hospital.

Ainda relativamente aos transportes, esperava que na próxima época balnear não fosse igual ao do ano que estava a findar. As pessoas estavam nas paragens para a escola, para os empregos e viam passar os autocarros para a praia do Creiro e os restantes autocarros não passavam. Os anteriores autocarros não baixavam e os atuais só baixavam com a porta fechada. Nenhum dos táxis se deslocava para a “Xepa”. Os autocarros muitas das vezes não se encontravam devidamente identificados. A carreira com o n.º 4 passava o dia a passear pela cidade. Havia dois autocarros que não entravam nas zonas, porque as ruas não permitiam a sua passagem. Iam cerca de 8 a 10 autocarros com o n.º 4404 com 6 pessoas dentro de cada um deles, com o condutor a questionar para onde pretendiam dirigir-se. Dos

20€ ou 40€ que as pessoas pagavam nem todo o dinheiro ficaria na empresa, pelo que questionou para onde iria o restante dinheiro. Quando o senhor Vereador Pisco referira que não tinha convocado uma pessoa da empresa, na realidade deveria ter convocado, porque a pessoa da empresa teria de dar a cara.

Disse que havia pessoas que esperavam por uma consulta de psicologia 16 anos, outras 12 anos e outras cerca de 9 anos. A psiquiatria do hospital de São Bernardo encerrara e as pessoas que tinham problemas de psiquiatria tinham de ir junto ao Hospital da Luz. O SADU tinha mudado para Vale de Cobro e questionou o senhor Presidente se sabia qual era o horário de funcionamento do mesmo. As pessoas que se deslocavam tinham de pagar ida e volta 5,20€, era preferível ir de táxi.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 3 de maio de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 96 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio